

A fábrica e a família — tópicos para uma reflexão*

As *famílias operárias* não têm constituído, no campo das ciências sociais, um tema especialmente popular. A marginalidade desse objecto é tanto mais curiosa quanto é extensa e desenvolvida a bibliografia sobre «operários», individualmente consideradas, ou sobre «classe operária», abordagens que privilegiam a situação deste grupo no seio de relações sociais de produção. A actualidade e a pertinência do estudo daquele tema, as «famílias operárias», não deixam, porém, de ser evidentes.

Os operários¹ constituem, na população actual das sociedades industrializadas, um considerável contingente numérico pelo peso que nas suas economias detêm as actividades do sector secundário². O significado histórico que assume o operariado desde que a chaminé da fábrica irrompe na paisagem urbana reforça, por outro lado, o interesse que tem merecido, enquanto classe, por parte da investigação.

A par deste interesse científico, também as várias redes de poder têm constituído a classe operária, enquanto foco potencial de desordem, instabilidade ou inovação, em alvo privilegiado da sua atenção vigilante. Estado, Igreja, grupos de pressão e partidos políticos, patrões e sindicatos têm procurado conhecer e categorizar o comportamento público dos operários — na reivindicação ou militância política, no trabalho, na Igreja. Os «desre-

* O texto agora publicado é uma versão escrita da comunicação oral apresentada no ICS, em reunião restrita da Área de Sociologia da Cultura, Educação e Vida Quotidiana (5 de Fevereiro de 1986) a propósito de um projecto de doutoramento em curso. A todos os colegas da Área, e particularmente ao Dr. Ferreira de Almeida, bem como ao director do Instituto, Prof. A. Sedas Nunes, se agradece reconhecidamente o interesse, os comentários e as críticas com que acolheram e discutiram o projecto.

¹ Com «operário» queremos significar o trabalhador industrial assalariado, ou seja, aquele que usa as mãos como instrumento de trabalho, integrado numa cadeia de produção, dentro de um espaço próprio, a fábrica, recebendo em troca um salário individual.

² As abordagens sociográficas que têm sido realizadas para o continente português destacam o peso cada vez maior, desde os anos 60, do contingente de população que ingressa no mundo da fábrica, em detrimento daquele que se conserva nas actividades tradicionais da agricultura, silvicultura e pescas. Apesar da heterogeneidade da composição desta população, e atendendo à sua concentração ao longo da orla marítima em dois pólos maiores (Lisboa-Setúbal, Porto-Aveiro-Braga), sabe-se que, para 1970, 1 em cada 4 portugueses trabalha na indústria (cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981, p. 477). Por outro lado, e considerando agora as classes sociais na população activa portuguesa, A. Marques e M. Bairrada concluem que, entre 1950 e 1970, a «classe operária» não parou de crescer: se, em 1950, o seu peso representa, entre as outras classes sociais em presença, 23,1%, já em 1970 ele tinha aumentado para 34,1%; a «classe operária propriamente dita» representava, para o mesmo ano, 47,0% da classe trabalhadora, contra 22,7% do «proletariado rural» e 30,4% dos «trabalhadores improdutivos» (ver A. Marques e M. Bairrada, «As classes sociais na população activa portuguesa, 1950-1970», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 1279-1297).

grados» e «aberrantes» costumes e hábitos operários constituíram, por outro lado, ao longo do século XIX, para os Estados-providência europeus um «problema social» a conhecer, disciplinar e normalizar. O mesmo não se poderá dizer do campo actual de objectos das ciências sociais: não se nota aqui um interesse especial pela vida privada que se esconde por detrás da vida pública operária. Poucos são os estudos que de algum modo contemplam as famílias operárias; mais raras ainda as reflexões teóricas solidamente fundadas em bases empíricas que dão a conhecer e procuram explicar as suas estratégias familiares; constituem verdadeiros casos excepcionais os trabalhos que se debruçam ou sugerem a diversidade das práticas familiares no seio da população operária, sistematicamente apresentada como um todo homogéneo.

O quotidiano privado dos operários, e designadamente o seu quotidiano familiar, é assim um tema menor de investigação. Entre classe e família parece haver, neste caso, um divórcio absoluto: como se, para sustentar a presença e o impacto da primeira, fosse necessário anular a existência ou minorar a importância da outra. Paradoxalmente, e para os outros grupos sociais, insiste-se na solidária convivência entre as duas realidades. A família é um inevitável atributo da condição e identidade camponesa; ninguém parece duvidar do papel das alianças familiares na constituição e conservação da hegemonia burguesa; o mesmo não acontece com o operário: ele seria, tudo indica, um «sem família»³. É tempo, porém, de perturbar fronteiras já delimitadas e enriquecer o campo da investigação. Há que introduzir na análise histórica e sociológica da condição operária a *família*, como unidade onde se forjam, consolidam e reproduzem estratégias colectivas, a partir das quais, afinal, se podem compreender de maneira mais completa práticas e representações do indivíduo ou da classe operária. Suscitar debate e polémica em volta destas questões é um dos propósitos deste artigo.

A reflexão que aqui apresentamos procura contemplar duas frentes de análise: uma primeira, eminentemente teórica e geral, em que se tenta captar o estatuto da «família operária» na investigação sociológica; a outra, privilegiando o par fábrica-família, em que se aproximam os temas e os problemas gerais do contexto particular da sociedade portuguesa contemporânea.

Tomando como ponto de partida o estudo da bibliografia europeia⁴ disponível sobre as *familles des classes populaires/working class families*, come-

³ Esta a imagem que não raro se nos depara na leitura de trabalhos sobre a classe operária portuguesa. Duas ideias, aliás, ressaltam da referida bibliografia: o ingresso e a estada de homens e mulheres na fábrica são apresentados como actos solitários e individuais; não só a classe se sobrepõe, neste grupo, à família, como esta constituiria um factor inibidor da participação social mais ampla (política, militante, sindical) — referimo-nos, designadamente, a M. V. Cabral, «Situação do operariado nas vésperas da implantação da República», in *Análise Social*, vol. XIII, n.º 50, 1977, pp. 419-449, e *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença — GIS, 1977; F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; M. Filomena Mónica: «Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 1231-1277; «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», in *Análise Social*, vol. XVII, 67-68, 1981, pp. 505-571, e «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», in *Análise Social*, vol. XV, n.º 60, 1979, pp. 859-945. O vazio teórico e empírico em volta das famílias operárias está, aliás, bem patente nos temas e tópicos dos últimos colóquios realizados sobre a sociedade portuguesa contemporânea, bem como em publicações especializadas (veja-se o *Boletim de Estudos Operários*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais).

⁴ Se é verdade que a variável «classe social» tem sido pouco utilizada na sociologia da família europeia, a investigação norte-americana tem-na sistematicamente excluído (à seme-

çaremos então por percorrer as mais significativas abordagens teóricas que se fizeram do tema. Teremos ocasião de notar, aliás, como elas acabam por transbordar a temática restrita da «família operária» propriamente dita, para abrangerem um conjunto mais vasto de questões que mobiliza, afinal, a complexa estrutura das sociedades industriais e a maneira como nela se posicionam os diferentes grupos sociais perante a mudança. A nossa preocupação será, não tanto descrever pormenorizadamente práticas ou representações que se atribuem a essas famílias operárias, mas, sobretudo, desmontar o fio condutor e a lógica interna de tais propostas e deduções.

Entendemos, por outro lado, o debate teórico como um construtivo ponto de partida para a realidade, e não como um exercício formal que nos fecha num mundo abstracto de ideias e conceitos. Depois de enunciadas, organizadas e criticadas as questões teóricas maiores, há que tentar explicar e compreender uma realidade concreta. No nosso caso, empenha-nos a vontade de conhecer as «famílias operárias» do Portugal contemporâneo e, muito especialmente, a relação que se estabelece entre fábrica e família, trabalho operário e estratégias familiares. Assim, não deixaremos de apresentar, num último ponto, caminhos e pistas de investigação, sugeridas não só pelo roteiro teórico que percorremos, como também pela abordagem do terreno empírico que constitui a realidade portuguesa.

CIÊNCIAS SOCIAIS E FAMÍLIAS OPERÁRIAS — OS PERFIS, AS IMAGENS

Não é só um estatuto de marginalidade que pesa sobre as «famílias operárias» como objecto de conhecimento científico; a ele se vem juntar um pressuposto que as considera um produto atípico e derivado relativamente a modelos familiares puros e genuínos, próprios de outros grupos sociais.

Na sociologia, em particular, as famílias das classes populares das sociedades industriais têm vindo a desempenhar um apertado e menor papel em relação a dois outros modelos a que se destinam, pelo contrário, papéis de primeira grandeza: a família camponesa de Antigo Regime, por um lado; mas, sobretudo, a família burguesa da moderna cidade industrial. Entre a especificidade de uma e a originalidade da outra, a família operária é uma terra-de-ninguém que se pensa e problematiza em função de princípios, de questões e de temas que constituíram o campo de estudo das outras e fizeram a sua autonomia.

Diríamos assim, vincando posições extremas, que a família operária surge, as mais das vezes, como o resultado de um processo lógico de *dedução*, cujo ponto de partida não se situa na realidade, mas num modelo próprio a outro grupo social. Como se uma evidente hibridez do tema dispensasse o estudo rigoroso de situações concretas. Através de operações lógicas

lhança, aliás, de outras estratégias variáveis macrosociais) das suas *middle range theories* sobre a família. Enraizando-se numa forte tradição psicológica e económica, centradas na noção de «troca» e privilegiando um olhar interno sobre a família, nelas se procura estudar a dinâmica das «interacções familiares» — entre indivíduos detentores de recursos e papéis particulares, associados ao sexo e à idade. Não se faz, em todo o caso, a ponte entre família e estrutura social ou entre família e devir histórico. Consulte-se, para um esclarecimento mais aprofundado desta matéria, o «órgão oficial» da sociologia da família norte-americana, o *Journal of Marriage and the Family*.

simples, raras vezes completadas ou apoiadas num sério controlo empírico, constroem-se tipos de famílias operárias. Gostaríamos de destacar três desses perfis, bem ilustrados na literatura especializada contemporânea: a «família-cópia», a «família disciplinada» e a «família alternativa». A variedade dos tipos corresponde, assim, a um sinal (positivo ou negativo) da dedução, ou ao ponto de referência de que ela parte, bem mais do que a um juízo de realidade. É o que tentaremos esclarecer e desenvolver nas linhas que se seguem.

1. DEDUÇÃO E CONFORMISMO

Reduzido à sua forma mais simples e linear, eis o raciocínio que pressupõe uma dedução deste tipo: a família burguesa⁵ é o ponto de referência primeiro, produto original com características e fronteiras próprias; a família operária define-se em conformidade com esse modelo genuíno, uma vez que a classe burguesa é económica e (ou) ideologicamente dominante nas sociedades saídas da revolução industrial. O processo por que se faz a circulação dos padrões de vida familiar entre emissores (burgueses) e receptores (operários) é, todavia, encarado diferentemente por duas importantes e distintas linhas de investigação⁶: trata-se, para uns, de um processo natural de difusão; para os outros, de uma tecnologia de poder. A família operária surge-nos assim representada em dois tipos, de forma e conteúdo semelhantes, distinguindo-se todavia pela natureza do processo social que os constituiu — a «família-cópia», a «família disciplinada».

1.1 ÉTICA FAMILIALISTA E DIFUSÃO — A FAMÍLIA-CÓPIA

A conformidade do modelo familiar operário relativamente ao modelo burguês pode ser encarada, como acabámos de referir, enquanto produto natural de um processo espontâneo de difusão.

Detenhamo-nos, por instantes, nas características mais salientes desse processo: através dele, práticas e representações familiares dos diferentes grupos sociais tenderiam a homogeneizar-se em função de um padrão único, difundido a toda a hierarquia social. O sentido da difusão, que é também o sentido da mudança, é um só: do topo para a base, das classes económica e culturalmente dominantes para as classes desfavorecidas. A velocidade de difusão é mais ou menos lenta, consoante a posição relativa do grupo social em causa; tanto mais rápida quanto mais próximo ele estiver do topo da hierarquia. Só para as classes superiores a mudança é um processo endógeno, pois só elas detêm a capacidade de produzir estratégias familiares

⁵ Várias e de inegável interesse foram as obras que, no domínio da história social, trataram do advento da família moderna na cultura ocidental, entre estratos económica e culturalmente favorecidos das cidades mercantis a partir do século XVIII; referimos aquelas de carácter mais pioneiro, algumas das quais teremos ocasião de tratar em profundidade: P. Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1973; J. L. Flandrin, *Familles-parenté-maison, sexualité*, Paris, Hachette, 1976; D. de Rougemont, *L'Amour et L'Occident*, Paris, Plon; E. Shorter, *Naissance de la Famille Moderne, XVIII^{ème}.XX^{ème} siècles*, Paris, Seuil, 1977; L. Stone, *The Family, sex and marriage in England, 1500-1800*, Nova Iorque, Harper Colophon Books, 1979.

⁶ Esclareça-se que a classificação de obras e autores tão díspares em «linhas» ou «tendências» serve apenas para ilustrar pontualmente este tema particular e facilitar a exposição. Podem não corresponder, de facto, a escolas ou correntes de investigação institucionalizadas.

novas. As classes inferiores parecem destinadas a receber e imitar passivamente modelos que se lhe imprimem do exterior — para elas a mudança é um processo necessariamente exógeno.

Nesta óptica, as famílias operárias não possuiriam estratégias familiares próprias, caracterizando-as antes um leque de comportamentos e valores mais ou menos articulados e consistentes entre si, constituídos pelos restos de uma constelação coerente que foi sendo sucessivamente repartida e fragmentada nos estratos sociais mais altos. Ilustremos sumariamente a perspectiva, recorrendo a exemplos da literatura particularmente significativos.

Em *The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800*⁷, L. Stone procura perceber as grandes transformações na visão do mundo e nos sistemas de valores que afectam a família inglesa entre 1500 e 1800. O microcosmo familiar é aliás o ponto de partida para a compreensão da estratégica mudança verificada ao longo destes três séculos no universo cultural da sociedade britânica. Os meados do século XVIII parecem constituir um marco fundamental: a partir de então, e para os estratos «profissionais», médio e alto da sociedade urbana, pode observar-se nas relações interindividuais uma lenta passagem dos valores de distância, deferência e patriarcalismo para aquilo que o autor designa por «*affective individualism*». Na família reflecte-se esta viragem: intensificam-se os laços internos à unidade nuclear, em detrimento das relações envolventes de vizinhança e parentesco; manifesta-se um forte sentido da autonomia individual e da liberdade pessoal na conquista da felicidade; desfaz-se a associação tradicional entre prazer sexual e pecado; deseja-se, a todo o custo, preservar a privacidade física. Só mais tarde, no decorrer do século XIX, estes valores «domésticos» teriam alcançado os estratos aristocratas e descido até às massas populares de artesãos e assalariados.

É de assinalar a importante insistência de Stone e o respeito que mostra pela análise diferenciada dos modelos familiares por classes sociais:

Atitudes e costumes normais para uma classe ou estrato social podem ser diferentes daqueles considerados normais por outra⁸.

Se modelos únicos de evolução familiar podem ser aplicados ao estudo de sociedades primitivas culturalmente homogêneas, é altamente polémico utilizá-los para as modernas, sofisticadas e complexas sociedades ocidentais. Nestas, há que atender à pluralidade de universos culturais e, por isso, à persistência de *class determined sub-cultures*. De facto, para o autor, «*historical change is not a one way street, and even in the west over the last 500 years, continuous linear development has only occurred in the one field of technology*»⁹. No entanto, acrescentaríamos, esta diversidade é apenas uma aparência, pois logo em seguida o autor sustenta o princípio da «difusão estratificada» das normas culturais, segundo o qual «*new attitudes first take hold among those classes which are most literate and most open to new ideas*»¹⁰, isto é, uma classe urbana de profissionais economicamente empreendedora, vivendo uma mobilidade ascendente, unida por uma cultura literária comum. Dado o toque da mudança, ela divulga-se então aos

⁷ L. Stone, *op. cit.*

⁸ Id., *ibid.*, p. 23.

⁹ Id., *ibid.*, p. 422.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 285.

extremos (superior e inferior) da hierarquia social. Fora daquela *élite* pioneira, a pluralidade dos modelos não é tanto o produto do encontro específico entre estratégias familiares e particulares situações sociais e históricas; resulta antes de um maior ou menor atraso em relação à unidade-padrão que virá a ser, mais ou menos rapidamente, o modelo de todos.

A propósito de outro objecto e num outro contexto, P. Willmott e M. Young aproximam-se curiosamente de L. Stone no que respeita aos princípios teóricos de uma das suas mais aliciantes investigações. Referimo-nos à pesquisa de 1970 sobre as relações entre trabalho e lazer na região metropolitana de Londres¹¹. Enunciados, à partida, pistas e problemas, deles destacamos duas fórmulas lapidares: «*The present always summarizes the past*»¹², «*past and future are embodied in the present*»¹³. As classes sociais transportariam para o presente trajectórias históricas e projectos vindos de tempos diferentes. O presente, projectado a três dimensões, não cabe numa história única: seria, pelo contrário, habitado por espaços sociais diversos, portadores de histórias próprias.

Cedo, porém, verificamos que a ideia se empobrece noutra: os diferentes tempos do social são antes etapas, mais ou menos atrasadas, de um tempo único; trata-se afinal de uma lenta evolução unilinear, característica das sociedades democráticas, a que os autores chamam, muito sugestivamente, a *slow march*. Tocqueville descrevera a democracia americana como o regime em que «*what the few have today, the many will demand tomorrow*». Apesar de nas sociedades democráticas se manter obstinadamente uma distribuição desigual da riqueza e do rendimento, e por isso persistirem as clivagens sociais, algo mudou: ao invés das sociedades tradicionais, a «ambição» passou a fazer parte do *stock* comum de valores de pobres e ricos. As sociedades democráticas fizeram coincidir, para todos os grupos sociais, fins a atingir e meios para os alcançar. Eis a imagem que dão os autores desse lento movimento de evolução, a *stratified diffusion* desencadeada pela industrialização:

*The image we are trying to suggest is that of a marching column with the people at the head of it usually being the first to wheel in a new direction. The last rank keeps its distance from the first and the distance between them does not lessen. But as the column advances, the last rank eventually reach and pass the point which the first rank had passed some time before. The equalitarian tendency works with a time lag*¹⁴.

Os modelos familiares pioneiros da frente da coluna serão, um dia mais tarde, os das filas de trás.

Para Willmott e Young foi decisivo o impacte dos movimentos feministas e do progresso tecnológico desencadeados no Ocidente industrializado na produção de um novo estilo de vida familiar entre as classes médias; foram

¹¹ P. Willmott e M. Young, *The Symmetrical family — a study of work and leisure in the London region*, Harmondsworth, Penguin Books. Tinham já publicado juntos, nos anos 50, um estudo pioneiro sobre comunidades operárias de zonas industriais londrinas, em que puseram em causa velhas ideias adquiridas sobre a inevitável instabilidade, fracasso, desunião e violência da família operária; foram, igualmente, dos primeiros a destacar a existência e a importância quotidiana da rede alargada de parentesco, muito em especial das relações de solidariedade feminina mãe-filha (cf. *Family and Kinship in East London*, Harmondsworth, Penguin Books, 1974).

¹² M. Young e P. Willmott, *Family and Kinship in East London*, cit., p. 18.

¹³ Id., *ibid.*, p. 33.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 20.

estas as primeiras a recorrer à contracepção, a aceder a bens de consumo que tornaram a casa um lugar saudável, privado e funcionalizado; nelas se inaugura também um novo sistema de trocas de papéis conjugais: homem e mulher dedicam-se a uma gama mais variada de actividades, dentro e fora de casa¹⁵. Desenha-se, a pouco e pouco, uma simetria de papéis, familiares e profissionais, entre os cônjuges. Os autores sugerem, aliás, que uma gratificante realização profissional de ambos, reforçada por elevadas compensações financeiras, tenderá a empurrar para fora de casa não só o marido, como também a mulher — deixando vago o lugar doméstico, outrora centro da vida familiar. Este ainda o é, porém, para as classes trabalhadoras, para quem o trabalho não assume, no quotidiano, a centralidade e o interesse que tem para os outros. A vida familiar das classes populares é, ainda hoje, claramente *home-centred*, voltada para tarefas e lazeres domésticos. O seu centro de gravidade não se situa no casal, mas nos filhos, como significativamente defendia um operário londrino residente no bairro de Bethnal Green: «*It's all for the kiddies.*»¹⁶ A divisão de papéis femininos e masculinos é ainda assimétrica: a mulher dona de casa é o pilar do seu equilíbrio interno, por oposição ao marido investido da tradicional função de ganhador. Não tardará, contudo, que a simetria de papéis conjugais se venha a instalar no quotidiano dos estratos inferiores da sociedade: «*What the rich do today, the poor will do tomorrow.*»¹⁷

Que concluímos então? O espaço da diversidade que os autores pareciam ter contemplado de início, ao admitirem o cruzamento de vários vectores históricos no presente volta, desoladoramente, a fechar-se. A pluralidade democrática de modelos familiares é um mero desfilar de versões mais ou menos actualizadas de um padrão único de modernidade ditado por alguns e copiado por outros. As classes populares limitar-se-iam a reproduzir, com certo atraso, a norma que lhes chega de fora; o tempo diferente que transportam é, afinal, sinal de um atraso, e não fruto de uma outra história. Para as classes populares, a família não é uma produção, mas cópia e imitação natural da família dos outros.

O princípio difusionista surge, noutros casos, de forma mais indirecta: não são propriamente os modelos familiares que passam, a velocidades mais ou menos rápidas, de grupo em grupo; mas a sociedade industrial, que impõe a todos eles uma norma dominante, razão pela qual, dispondo embora de meios diferentes, consoante a função que nela ocupam, as várias classes tendem a atingir esse fim universal.

«*Au sein d'une sociologie où les concepts de classe et de strate ont orienté un nombre considérable de recherches, l'analyse différentielle des types de famille en fonction de ces variables n'a été jusqu'à présent qu'esquissée.*»¹⁸ Contrariando a dita tendência dominante, J. Kellerhals procurava assim inaugurar novos pontos de partida teóricos, defendendo oportunamente o princípio de que «*la structure sociale retentit sur la structure et l'évolution de la famille*». No entanto, o papel determinante da estrutura social manifesta-

¹⁵ Tal como nas famílias-unidades de produção das sociedades pré-industriais.

¹⁶ Cf. M. Young e P. Willmott, *Family and Kinship in East London*, Harmondsworth, Penguin Books, 1974, p. 27.

¹⁷ P. Willmott e M. Young, *The symmetrical family*, cit., p. 239.

¹⁸ J. Kellerhals, «Dimensions familiales de la stratification», in *Revue Française de Sociologie*, vol. xv, 1974, p. 459. A ideia geral virá a ser retomada, ainda que de forma bem mais aprofundada e ilustrada, em J. Kellerhals e J. F. Perrin et. al., *Mariages au quotidien — inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausana, Éd. Pierre Marcel Favre, 1982.

-se, não ao nível da génese e produção de estratégias familiares, mas nos desiguais meios que fornece aos vários grupos sociais para atingirem um fim único — «o modelo dominante do papel adulto» que, de alto a baixo, integra o edifício social.

A generalidade dos grupos sociais propõe-se então, indistintamente, uma constelação de valores familiares: o casamento como etapa fundamental do estado adulto, a procriação como seu objectivo fundamental, a divisão do trabalho gerida em volta dos papéis sexuais. Acontece, porém, que os grupos para quem estes ideais familialistas assumem uma maior centralidade são exactamente os menos apetrechados para os atingir. As classes trabalhadoras fornecem o exemplo paradigmático desta tensão entre fins e meios. «Socialmente impotentes», sujeitos a formas de trabalho alienante, detentores de magros recursos materiais e culturais, a família é para os operários o lugar privilegiado da existência e a principal fonte de estatuto e identidade — para os homens e, sobretudo, para as mulheres. Por isso casam cedo, empenham-se nas formas tradicionais de institucionalização do casamento, são os vigorosos defensores dos valores de fidelidade e perenidade, acentuam a sua componente fusional, aspiram a uma numerosa descendência, na qual projectam uma decisiva gratificação afectiva. No entanto, estes objectivos chocam com a rigidez dos condicionalismos materiais quotidianos; a necessidade absoluta de trabalhar, para homem e mulher, afasta-os de casa e dos filhos, obriga-os a comportamentos de rigoroso planeamento familiar, nem sempre bem sucedidos pela deficiente bagagem cultural de que dispõem. A profunda conformidade das aspirações ao modelo dominante traz para as classes populares, como vemos, consequências penosas: vivem numa incómoda tensão entre os valores a que aspiram e as situações concretas que na realidade enfrentam e os impedem de os atingir. As classes superiores, pelo contrário, dispondo de maiores recursos financeiros e culturais, distanciam-se do modelo dominante, encontrando em papéis alternativos fora da família outras fontes de realização, prestígio e identidade. Para elas é bem mais fácil a conciliação e o equilíbrio entre valores e práticas familiares.

Notamos como o círculo se volta a fechar: um único ideal de vida familiar, grupos sociais desigualmente posicionados para o alcançar. É a diversidade dos meios (e não dos fins) que constitui, como podemos concluir, o apertado espaço da diferença. As classes inferiores insistem, teimosamente, em adoptar uma norma exterior, que as faz cair numa permanente tensão entre ideal e realidade, tensão a que as classes superiores obviamente conseguem escapar. A homogeneidade absoluta dos modelos familiares só não acontece porque a estrutura social ainda retira a uns os meios que concentra nos outros.

As mesmas tensão e divergência entre o «ideal» e o «real» constituem o fio condutor da investigação que M. Komarovsky, fugindo aliás à imunidade da sociologia da família norte-americana perante a variável «classe social», leva a cabo, nos finais dos anos 50, sobre os «*blue collar marriage*»¹⁹. Baseando-se numa amostra de 58 casamentos estáveis²⁰ de trabalhadores

¹⁹ M. Komarovsky, *Blue Collar Marriage*, Nova Iorque, Vintage Books, 1957.

²⁰ A insistência da autora na necessidade de se seleccionarem casais «estáveis» é obviamente propositada: os estudos clássicos sobre operários têm dado uma desmesurada importância aos casos e às famílias-«problema».

manuais (os quais foram subdivididos consoante o grau de especialização²¹: especializados, semiespecializados e não especializados), procurou captar, nas suas próprias palavras, «*the flavor of working class family life*». Na introdução deste trabalho defende com prudência a ideia de que a possível existência de «universais» a propósito de padrões de casamento não pode ser tomada como axioma, devendo antes ser descoberta através de estudos comparativos interclasses. Sustenta, além disso, que a análise deve distinguir claramente os vários níveis da realidade familiar afectados pelo processo de difusão. Um exemplo que aponta, particularmente oportuno: a adopção, entre os assalariados, de alguns símbolos da vida da classe média, como o carro, a televisão, a máquina de lavar e outros bens de consumo, não é o sinónimo automático de uma estandardização generalizada dos padrões familiares. A difusão de um objecto não desperta automaticamente um valor novo ou um comportamento modificado.

Voltando ao problema central da investigação, o da relação entre ideais abstractos e comportamentos familiares efectivos, M. Komarovsky conclui que, na população operária, eles se apresentam profundamente discrepantes. Parece-nos, contudo, que a conclusão avançada é uma discreta consequência lógica dos valores burgueses que a autora implicitamente adoptou como ponto de referência privilegiado de uma única «normalidade familiar» — a da classe média. A forma e o conteúdo do questionário utilizado na passagem ao terreno, longe de nos introduzirem ou fazerem compreender a especificidade do universo familiar operário, aferem-no à norma burguesa. Na medida em que o inquérito impõe um «dever ser» familiar, somos levados a dizer que só muito dificilmente a conclusão podia ser outra.

Afinal, os ideais em causa são naturalmente os «novos» ideais de companheirismo, de primazia do casal e privacidade na relação conjugal, cuja finalidade primeira é a de assegurar uma comunicação perfeita entre os indivíduos; é ela que possibilita um *marital adjustment* harmonioso, sem o qual não se consegue atingir uma benéfica *marital happiness*. Só alguns casais operários (precisamente os mais qualificados profissionalmente, logo, os que dispõem de uma bagagem cultural mais elevada) conseguem ocasionalmente aproximar-se deste modelo de conjugalidade. A grande maioria, porém, vê-se condenada, pela sua socialização em valores tradicionais, pelos baixíssimos recursos económicos e educacionais de que dispõe, a sobreviver, em fracasso e tensão, fora da norma. A felicidade parece ser, afinal, um privilégio dos poderosos:

*High school graduates are happier in marriage than the less educated [...] Satisfaction appears to go up with the rise in the class hierarchy*²².

A hipótese deixada em aberto da provável existência de universais a propósito de modelos familiares e a tentativa de os tomar como pontos de chegada e factos de uma explicação sociológica foram atraícoadas: ei-los de novo manipulados como axiomas e evidências acabadas que dispensam procura ou confirmação; eles próprios se tornam, à partida, geradores de princípios explicativos do maior ou menor grau de conformidade dos modelos existentes relativamente à norma para que aqueles apontam.

²¹ Variável cuja pertinência veio a ser confirmada por investigações posteriores.

²² M. Komarovsky, *op. cit.*, p. 342.

A posição inferior das classes populares na hierarquia social, ou seja, o facto de se situarem no ponto último de uma cadeia transmissora que funciona do topo para a base, repercute-se igualmente no conteúdo desorganizado e inconsistente do seu sistema de valores. À medida que estes se vão sedimentando nos vários estratos sociais, vão perdendo qualidades de pureza, coerência e originalidade. Aos últimos níveis da hierarquia chega apenas uma amálgama de restos dispersos e imagens sem lógica.

Essa é precisamente uma das conclusões a que chega P. H. Chombart de Lauwe no seu trabalho sobre as imagens da mulher em diferentes meios sociais na França dos anos 60²³. De facto, foi nos meios operários que os autores detectaram a existência das imagens mais tradicionais da mulher na família, no trabalho, na política. Aí é bem popular a visão do mundo que consagra uma oposição complementar entre natureza masculina e natureza feminina. Homens e mulheres gozam de uma série de atributos necessariamente associados ao sexo: enquanto o homem representa a força, a acção, a iniciativa, a mulher seria fraca, receptiva e passiva. Na família cabe ao homem desempenhar, fora de casa, o papel instrumental de ganha-pão; à mulher se destina, em prioridade, o recato do papel de mãe e dona de casa²⁴. Por outro lado, as imagens com que se representam estes papéis conjugais nem sempre se articulam de uma forma lógica; o baixo grau de coerência que apresentam relaciona-se com a posição do grupo na hierarquia social:

*Le degré de systématisation et de cohérence qu'elles présentent varient selon l'appartenance sociologique*²⁵.

Assim, se, nos meios abastados, as imagens dos sexos se estruturam em representações sistematizadas e ordenadas em volta de uma opção fundamental, em meio popular elas surgem, pelo contrário, mais contraditórias, estereotipadas e dependentes de situações concretas.

A identificação operária ao estereótipo tradicional resulta de um processo de difusão cultural e de uma situação histórica:

*Les stéréotypes proviennent de la transmission dans la classe ouvrière de modèles propres à la classe bourgeoise, cette transmission s'expliquant d'une part en fonction de l'existence historique antérieure de la seconde par rapport à la première, de l'autre en fonction du pouvoir de la classe bourgeoise dans notre société*²⁵.

O carácter aparentemente irracional e desorganizado dos comportamentos ou representações familiares operárias não deixa de espantar os seus obser-

²³ P. H. Chombart de Lauwe et. al., *La femme dans la société — son image dans différents milieux sociaux*, Paris, CNRS, 1967. Este projecto internacional foi também levado a cabo em outros países, como a Polónia, a Áustria, a Jugoslávia, o Canadá, a Costa do Marfim, Marrocos, o Togo e mesmo Portugal. M. Palmira Duarte, *A Imagem da Mulher na Sociedade — Estudo em Diferentes Meios Sociais de Lisboa*, Lisboa, ISCSPU, 1967; as conclusões a que chega esta autora, e designadamente as que respeitam às imagens da mulher entre operários das freguesias de Alcântara e de Santa Maria dos Olivais, são sensivelmente idênticas às da equipa francesa.

²⁴ A desvalorização do trabalho profissional feminino pela mulher operária é igualmente verificada num estudo do mesmo autor intitulado *La Vie Quotidienne des Familles ouvrières*, Paris, CNRS, 1977.

²⁵ P. H. Chombart de Lauwe et al., *op. cit.*, p. 191.

vadores. Martine Segalen, em *Sociologie de la famille*²⁶, não hesita em considerar o paradoxal modelo de fecundidade numerosa dos operários recém-instalados nas cidades industriais do século XIX como fruto de um modelo «sem estratégia»²⁷. Por contraste com a família burguesa ou camponesa, a família dos operários definir-se-ia por uma série de traços negativos: desenraizados, sem estabilidade de emprego ou residência, sem acesso a condições mínimas de saúde ou higiene, *elle n'est pas une famille de calcul* — mostra-se incapaz de produzir estratégias a médio ou longo prazo. No entanto, esta acidentada fase de indefinição é provisória:

*Après un demi-siècle de déracinement, tiraillée entre une culture paysanne oubliée et une culture bourgeoise non-apprise, l'ouvrier se fixe*²⁸.

A fixação da família operária, ou seja, a conquista de um lugar, estatuto e estratégias próprias na sociedade industrial, realiza-se, afinal, quando ela adota claramente a norma ditada pela burguesia:

*La classe ouvrière, en s'installant et en s'embourgeoisant reproduit le modèle de l'intimité familiale bourgeoise avec son resserrement autour de l'enfant*²⁹.

É importante acrescentar, todavia, que, para M. Segalen, esta reprodução não consiste numa mera imitação, mas antes numa aproximação de esquemas familiares entre os quais se mantêm diferenças sensíveis, nomeadamente na gestão conjugal de papéis domésticos e profissionais. Enquanto essa aproximação não acontece, cortada do seu passado rural e alheada do universo burguês, ela mantém-se numa apátrida terra-de-ninguém; levando o raciocínio mais longe, apetece-nos concluir que a família operária só o é, de facto, quando nasce e desperta para os padrões familiares dos outros.

Quanto aos exemplos, fiquemos por aqui. Passaríamos agora a enunciar as objecções maiores que nos suscita a perspectiva teórica que vimos ilustrando, bem como o seu produto: uma família operária fielmente decalcada, através de um processo de difusão, da família burguesa.

O estatuto desse processo de difusão é, quanto a nós, polémico e ambíguo: como peça de uma cadeia lógica de dedução, ou seja, quanto ao lugar teórico que ocupa no processo de investigação, por um lado, e ao funcionamento efectivo que lhe é atribuído na sociedade industrial, por outro. Vimos, em primeiro lugar, como o processo de difusão acaba por actuar, mesmo se as intenções iniciais do investigador eram outras, como princípio explicativo da realidade, e não como facto a explicar, hipótese a confirmar ao longo da pesquisa teórica e empírica. É sistematicamente utilizado como axioma, e não como problema em aberto a conhecer e explicar. A ortodoxia de modelos familiares na sociedade industrial aparece, nesta perspectiva, como um postulado, e não como uma conclusão construída pela investigação.

A difusão assume, por outro lado, as características de um processo consensual, espontânea e pacificamente emitido e recebido pelo par burguesia-

²⁶ M. Segalen, *Sociologie de la famille*, Paris, A. Colin, 1981.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 167.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 201.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 125.

-operariado. Uma produz e envia mensagens; o outro, por contágio, aceita e copia. A naturalidade com que o processo é encarado não pode deixar de nos espantar e leva-nos mesmo a apontar um conjunto de problemas que ficam sistematicamente por explicar.

Prendem-se com a questão central de saber quais são, afinal, as relações sociais de poder que produzem e legitimam tais mecanismos de difusão entre dois grupos cujas posições na estrutura social e acesso a bens culturais na sociedade industrial são tão díspares. Ficamos sem perceber, também, como se materializa esse abstracto e pacífico processo de difusão e, designadamente, em que instituições sociais ou redes e sedes de poder se apoia, que instrumentos manipula para o conseguir. Nada sabemos, ao certo, da natureza das mensagens que circulam entre estratos superiores e inferiores da hierarquia. Com alguma imprecisão e ambiguidade, teima-se em não definir claramente o que se difunde: representações, normas e valores, práticas ou, ainda, objectos do quotidiano familiar — a menos que se julgue que a difusão da parte implique, naturalmente, a aceitação do todo.

Pactuando com uma concepção perfeitamente rígida da família, não se distinguem (ou sequer sugerem) os seus espaços, tempos ou actores mais permeáveis à aceitação da norma exterior daqueles potencialmente resistentes à mudança. Falta à teoria da difusão a indispensável sensibilidade e abertura à complexidade do real. Como justamente sublinha W. J. Goode³⁰, mesmo que se admita uma tendência uniformizante para a «família conjugal», há que contemplar os múltiplos factores de diversidade entre os vários sistemas familiares:

Their systems began from very different points; even if they converge towards the conjugal family, their various characteristics might move in very different directions within different systems. Some family systems may change easily, others may resist strenuously. Certain traits persist while others weaken swiftly. The elements which change first in one family system may hold firm in another.

Por outro lado, e numa visão demasiado durkheimiana da realidade, tratam-se exclusivamente os factos da difusão como «coisas», não procurando compreender o significado de que são investidos pelos seus protagonistas. Talvez se percebesse, então, como práticas ou costumes familiares aparentemente iguais se distanciam profundamente nos significados e usos culturais que os orientam. Um olhar prudente aconselharia, finalmente, a que os investigadores se detivessem no binómio práticas/representações e na relação, nem sempre de transparente coincidência, que esses termos constituem; talvez se esclarecesse então o carácter dito incongruente e a lógica de *puzzle* desordenado que parece constituir uma das mais paradoxais facetas dos modelos familiares operários³¹.

Para terminar, não podemos deixar de fazer uma ponte entre a prenoção sociocêntrica da perspectiva em causa e os vícios mais caricatos da tra-

³⁰ Numa das raras reflexões teóricas sobre a relação entre «família conjugal» e «moderno sistema industrial» em *World Revolution and Family Patterns* (1963), Nova Iorque, The Free Press, 1970, p. 25.

³¹ Nós próprios tivemos ocasião de o ilustrar e demonstrar, num estudo sobre representações e práticas femininas em famílias pertencentes às classes trabalhadoras residentes em bairros de barracas da periferia de Lisboa (ver A. Nunes de Almeida, «Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina», in *Análise Social*, no prelo).

dição evolucionista na antropologia do início do século. Uma como a outra reflectem mais uma imagem do universo cultural do observador do que um retrato do objecto observado. Senão, vejamos. Por detrás do modelo difusionista e de uma aparente diversidade, encobre-se um pressuposto de evolução: no espaço social, as famílias dos vários grupos tenderiam a aproximar-se, depois de percorrido um mesmo caminho, do modelo único da frente. A lógica, o sentido, a natureza e a originalidade de mudança são monopólio de uns, económica e culturalmente dominantes; quanto aos outros, mais ou menos atrasados em relação aos tempos modernos, resta-lhes segui-la e adoptá-la. Entre «nós» e os «outros», a distância é afinal provisória: «eles» virão a ser como «nós».

Vimos assim delinear-se um primeiro retrato de «família operária» que decalca o seu conteúdo, ponto por ponto, do conteúdo da família burguesa; a sua natureza passiva é, muito pelo contrário, um negativo da natureza activa da outra: mostra-se não só incapaz de produzir e conservar práticas e valores familiares, como também de resistir, agir sobre ou participar em processos de mudança. Neste contraste de naturezas depara-se-nos, aliás, um incómodo paradoxo, que vem sugerir o facto de a sociologia ainda não dispor de um discurso coerente sobre a família e o seu estatuto teórico — sede de estratégias para uns, receptáculo passivo para outros.

1.2 DISPOSITIVOS DE PODER E NORMA DOMÉSTICA — A FAMÍLIA DISCIPLINADA

Na senda dos trabalhos pioneiros de M. Foucault sobre as novas tecnologias de poder que investem o corpo e a rotina quotidiana do cidadão comum dos Estados-nação do século XVIII³², uma polémica e estimulante corrente de investigação francesa retomou a tese do conformismo da família operária em relação aos valores burgueses. Demarcando-se porém daqueles que consideram esse conformismo como resultado de um processo de difusão interclasses, avançam a hipótese de um conformismo inculcado. «Inculcado» porque imposto através de uma teia histórica de relações e dispositivos de poder.

As classes populares das novas cidades industriais europeias teriam constituído o alvo privilegiado de uma estratégia de inculcação e imposição de normas com vista a moralizar o seu indisciplinado modo de vida, muito especialmente nos espaços e tempos deixados livres pelo trabalho e pela fábrica — a casa e a família, a rua, a taberna, a escola, o lazer. O Estado burguês pretendia levar a cabo uma verdadeira missão civilizadora contra os «novos bárbaros» da modernidade, cujos aberrantes costumes e preconceitos podiam constituir uma ameaça perigosa para a nova ordem industrial. Lenta e progressivamente, monta um apertado cerco aos quotidianos populares, recorrendo a dispositivos próprios: da medicina à assistência social (na linha de tradição filantrópica), da escola à justiça penal, passando pela engenharia social. Surge um cortejo de personagens-chave, protagonistas destas discretas redes de poder, apoiadas em novos ramos do saber: o médico, a assistente social, o professor, o juiz. O saber sobre o corpo é de facto

³² Para quem pretenda aprofundar as grandes teses que o autor desenvolveu em torno do conceito de biopoder e de ligação entre saber e poder, consultar, designadamente: M. Foucault, *Histoire de la Folie à l'âge classique*, Paris, TEL-Gallimard, 1972; *Surveiller et punir — naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975; *La Volonté de Savoir — Histoire de la Sexualité I*, Paris, Gallimard, 1976.

uma alavanca estratégica do novo poder sobre a vida: ao descrever, explicar, legitimar a normalidade, produz, categoriza e classifica a diferença. Por outro lado, de uma boa qualidade e utilização racional do corpo do indivíduo depende a eficaz reprodução das estruturas produtivas do capitalismo industrial e, com ela, a ascensão social e a consagração da hegemonia política burguesa.

A casa e a família não podiam deixar de ser um dos focos mais atentamente vigiados por estes dispositivos de poder. No seu interior nota-se um interesse inédito por dois personagens tradicionalmente silenciados nas sociedades do Antigo Regime: a mulher e a criança. Não se trata de um acaso: através de um discreto pacto com a mulher, é toda a gestão material e afectiva da vida familiar, a socialização da criança, bem como os saberes populares do espaço doméstico, que se enredam nas teias do poder. A atenção que o Estado presta à criança e ao jovem denota, por outro lado, a preocupação previdente de assegurar, proporcionando-lhe um correcto e saudável crescimento, a qualidade do adulto-operário de amanhã.

Disciplinar e normalizar o desordenado quotidiano familiar dessas classes populares parece ser a nova palavra de ordem. E normalizar, obviamente, em função de uma norma: o ideal «doméstico» da próspera família burguesa que desperta nos primórdios do século XVIII. Contra os tradicionais laços de solidariedade, a rede alargada de parentesco ou a vizinhança, procura-se impor o modelo de família doméstica. A família operária deveria moldar-se ao estilo de vida burguesa, nas suas várias facetas: ao erguer as paredes invioláveis da vida privada, viraria costas à rua e privilegiaria a relação nuclear entre pais e filhos; apresentando uma nova arquitectura interior, protegeria vigorosamente a privacidade familiar e individual; por fim, sexos e idades passariam a estar funcionalmente distribuídos pelos espaços privado e público: a mulher em casa, consagrada ao trabalho doméstico e aos filhos; o homem na fábrica, responsável pelo ganho do salário; a criança, entre outras crianças, na escola.

Depois de apresentada na sua generalidade, ilustremos agora esta perspectiva, recorrendo a obras e a autores mais significativos. Para além de um tronco comum de problemas e ideias, algo mais os aproxima: todos eles partiram ou privilegiaram a análise histórica dos discursos produzidos na órbita das várias redes de poder e de *élites* culturalmente dominantes.

A génese e difusão da «puericultura», como palavra e saber médico autónomo, a partir de 1890 em França é o tema de uma das investigações de Luc Boltanski³³. Sublinha o autor que ao longo de todo o século XIX se assiste a uma vigorosa e autoritária defesa da puericultura como o único conjunto de regras lícitas e racionais que deveriam ditar os cuidados permanentes ao recém-nascido e à criança. Os principais visados com esta campanha sanitária e pedagógica são, obviamente, os populares «selvagens», que, «à falta de instrução, vivem ainda num estado de hostilidade perigosa para a sociedade»; protagonistas de uma vida imoral, promíscua, liberta de qualquer regra, estão ainda presos a «preconceitos tirânicos», ao instinto, a tradições e hábitos irracionais, à doença e à morte. Tudo os separa do mundo racional, previdente, asséptico, calculista da «civilização». É com o espírito de uma verdadeira cruzada que os defensores das novas teses se lançam na missão de recuperação das classes populares. Apercebemo-nos,

entretanto, da estratégia implícita desta campanha: uniformizar diferentes maneiras de viver, modos de pensar e de sentir. Estabelece-se então uma relação privilegiada com a mãe de família; ela deveria ser no lar a dedicada missionária e a incansável educadora responsável pela conversão definitiva do marido e dos filhos aos valores e hábitos modernos.

Procurando traçar uma linha de evolução entre o passado e o presente, Boltanski analisa depois os resultados de uma sondagem actual às atitudes perante a doença e a saúde de franceses provenientes de diferentes meios sociais. A situação mantém uma curiosa semelhança com o passado: as imagens da saúde infantil continuam a ser «anárquicas e desordenadas» entre as classes populares, «metódicas e sistemáticas» nas classes superiores³⁴. Além disso, o que hoje faz parte do senso comum, ou seja, os preconceitos, receitas, remédios e tabus que impregnam a mentalidade popular, constituía em 1900 o núcleo central do saber médico. A cultura popular é uma significativa memória de traços do passado:

*Interroger les membres des basses classes sur leurs savoirs médicaux c'est donc consulter un ouvrage d'histoire de la médecine*³⁵.

Boltanski retira então uma conclusão teórica fundamental destes dados: «as classes sociais não são contemporâneas», tudo se passando como se «*une coupe synchronique dans la hiérarchie sociale fournissait la reproduction d'un développement diachronique qui a pour siège la société des médecins*»³⁶.

Os vários grupos sociais, pelo lugar distinto que ocupam na hierarquia, transportam para o presente tempos e, por isso, saberes e crenças diferentes; as categorias e as maneiras de pensar ditadas pela comunidade científica difundem-se a uma velocidade tanto mais rápida quanto mais curta for a distância entre o grupo em causa e essa *élite*, isto é, quanto mais elevado for o seu nível de instrução e a sua capacidade de acesso ao capital cultural. Dessa posição relativa depende também o conteúdo mais ou menos consistente e integrado da mensagem adquirida: como a desigualdade de instrução entre grupos sociais é uma regra, nunca são «sistemas» na sua totalidade que circulam entre emissor e receptor, mas apenas fragmentos retirados dos mesmos. Por isso, Boltanski sustenta que «*le savoir populaire est un savoir en miettes*»³⁷ e que «*tous les éléments qui composent le savoir populaire, même intégrés en des arrangements nouveaux, conservent toujours quelque chose des systèmes complets dont ils ont été arrachés*»³⁸. Numa sociedade hierarquizada, o monopólio da invenção e da criação, bem como o exclusivo da emissão de mensagens, pertencem sempre às classes superiores.

O processo de difusão do saber erudito e a estratégia política de uniformização das práticas de saúde quotidianas das classes populares esbarram, todavia, com efeitos perversos que escaparam às intenções iniciais dos seus mentores: as clivagens sociais próprias à estrutura da sociedade industrial, com reflexos evidentes nas desiguais oportunidades de acesso à escola e à instrução, acabam por provocar o fenómeno inverso — reproduzem e mantêm (em vez de eliminarem ou aproximarem) as distâncias entre saberes popu-

³⁴ Ver L. Boltanski, *op. cit.*, p. 58.

³⁵ Id., *ibid.*, p. 69.

³⁶ Id., *ibid.*, p. 63.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 83.

³⁸ Id., *ibid.*, p. 137.

lares e saberes eruditos; produzem e perpetuam (em vez de anularem) a diferença e a desigualdade.

Tal como os autores evocados no capítulo anterior, Boltanski joga com tempos, mais ou menos contemporâneos, e classes sociais, mais ou menos favorecidas; atribui também às classes populares o saber atrasado, híbrido, inconsistente e fragmentado característico dos níveis inferiores da hierarquia. No entanto, com Boltanski, o processo de difusão da norma burguesa é um produto histórico da própria estrutura da sociedade de classes e de uma lógica de poder: a sua reprodução é também a reprodução dos desiguais lugares de classes sociais económica e culturalmente distantes.

A argumentação do autor baseia-se, todavia, em análises de discurso — quer da *élite* médica erudita, de funcionários da assistência social do século passado, quer também de imagens e atitudes «ditas» por cidadãos anónimos da sociedade francesa contemporânea. Fica por conhecer, porém, a outra face da realidade, o nível das práticas concretas. Ultrapassar esta pesada limitação e demonstrar, recorrendo a outros métodos de abordagem do real, a não contemporaneidade das classes sociais constituem o objectivo de N. Le Faucheur e F. Le Drian em *Histoires de Marie Lambert*³⁹.

Mais exactamente, o objectivo da sua investigação é apreender e relacionar evoluções sociohistóricas relativas a modelos familiares com trajectórias sociais, familiares e individuais de mães solteiras. Como ponto de partida adoptam-se duas hipóteses, semelhantes, aliás, às dos trabalhos anteriormente referidos: os sujeitos sociais viveriam segundo modelos familiares mais ou menos antigos, consoante o lugar que ocupam na estrutura social; os diferentes modelos familiares manteriam atitudes diferentes (da resistência à recusa, passando pelo conformismo) perante o modelo dominante. Distinguem, a partir daí, os três grupos sociais onde se podem observar essas variações: as «classes inferiores marginalizadas» do subproletariado, versão actual das classes populares do século XIX, feitas de casos sociais e excluídos, que se mantiveram alheias aos empregos industriais, ainda não domesticadas pelo modelo familiar burguês⁴⁰; as «classes populares não marginalizadas», integradas nos circuitos da grande indústria, franjas inferiores das classes médias, «contemporâneas» da burguesia dos séculos XVII e XVIII, onde surgiu o modelo familiar actualmente dominante, perfeitamente impregnadas do seu espírito e das suas práticas; finalmente, as inovadoras «classes médias e superiores» actuais, constituídas por jovens técnicos e quadros, intelectuais, membros das profissões liberais que apresentam uma variante mais liberal desse modelo dominante⁴¹.

³⁹ Nadine Le Faucheur e Françoise Le Drian, *Mères célibataires — trajectoires sociales et modèles familiaux — Histoires de Marie Lambert*, Paris, Fondation Royaumont, 1980. Uma nota a propósito do título: no Asilo Michelet, para grávidas, criado em 1893 na cidade de Paris, mantinha-se o anonimato das mulheres que o pretendiam sob o nome de Marie Lambert.

⁴⁰ Provavelmente portadoras de um modo de vida e de pensar semelhante àquele que O. Lewis definiu como «cultura da pobreza» das sociedades de classe capitalistas e altamente individualistas, especializadas e organizadas, como é o caso de algumas sociedades latino-americanas (cf. O. Lewis, *Les enfants de Sanchez — autobiographie d'une famille mexicaine*, Paris, TEL-Gallimard, 1963).

⁴¹ Nelas tiveram um impacto fundamental a divulgação e utilização maciça das novas técnicas contraceptivas femininas. São ainda traços seus: a coabitação juvenil, as concepções pré-nupciais, a adopção de um outro calendário de nascimentos, a continuidade do trabalho profissional feminino (mesmo durante o ciclo de maternidade activa), a guarda do bebé e da criança na creche ou no jardim de infância, uma nova maneira de repartir tarefas profissionais, domésticas e parentais entre os cônjuges.

Privilegiando como técnicas de recolha de dados a realização aprofundada de biografias e genealogias femininas, conseguem as autoras demonstrar duas coisas: a relação existente entre a trajectória individual, a condição de mãe solteira e as estratégias familiares, socioistóricas transportadas pelos seus modelos familiares; retomando a questão central, deixada em aberto por Boltanski, concluem da operacionalidade da tipologia constituída e da não contemporaneidade das classes sociais em matéria de práticas relativas à família e à sexualidade.

Voltemos porém ao século XIX e à análise dos discursos de poder dominantes. Debruçando-se sobre o discreto interior do quotidiano familiar, J. Donzelot interessa-se, em *La Police des Familles*⁴², por um dos mais significativos objectos e temas de filantropia e políticas médico-sanitárias do Estado francês de então: a «conservação das crianças». Para Donzelot, não se pode compreender a estratégia de «familiarização» das classes populares sem se fazer uma referência especial à maneira notável como o poder realiza uma apertada abordagem circular à família, tomando como pretexto a condição infantil.

Os argumentos utilizados para legitimar essa penetração variam consoante o meio social visado. A ricos e privilegiados destina-se uma agressiva campanha contra alguns vestígios aberrantes de tempos atrasados: os hospícios para crianças abandonadas, o recurso a amassecas, a negativa influência do pessoal doméstico, a prática do internato infantil e juvenil. O fundamental era assegurar-se à criança uma educação racional sob o controlo dos pais, através da adopção dos princípios austeros da medicina doméstica, e iniciá-la numa longa carreira escolar. Em meios pobres e populares, é outra a tónica do discurso: critica-se com veemência a existência de «uniões selvagens» entre adultos, o abandono, a vagabundagem e a delinquência de crianças, as promiscuidades sociais entre parentes e vizinhos, a insalubridade e as carências materiais de alojamento. Apoiando-se na filantropia, o Estado procura então montar uma eficaz política de «economia social», visando a redução dos custos da reprodução dos factores humanos que compõem esses densos meios populares. A filantropia oficial passa a actuar em duas frentes: divulga saberes formais e regras coerentes sobre as maneiras correctas de o indivíduo se comportar (é o seu pólo assistencial); realiza uma intervenção concreta visando impedir materialmente o declínio físico e moral da população (através de um pólo médico-higienista).

Dois são os objectivos a alcançar, sem os quais não haverá a desejada neutralização dos potenciais focos de instabilidade constituídos pelos meios populares: moralizar e normalizar. *Moralizar*, por um lado. Monta-se, para isso, um novo esquema de alvos e modalidades de intervenção da assistência social, de modo a penetrar a vida do pobre até aos seus mais íntimos pormenores e remodelar as peças do xadrez familiar. Redefine-se, pragmaticamente, uma nova hierarquia de prioridades: presta-se particular aten-

⁴² J. Donzelot, *La Police des Familles*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977. Por seguirmos de perto as linhas gerais e os temas desta investigação, não nos detivemos no presente texto em outros trabalhos que, no entanto, gostaríamos de assinalar: de Ph. Meyer, *L'enfant et la Raison d'État*, Paris, Les Éditions du Seuil, 1977; P. Frisch e I. Joseph, *Disciplines à domicile*, Paris, Recherches, 1977; Remi Lenoir prolongou o estudo da «política familiar» em França para o século XX em dois artigos: «Transformations du familialisme et reconversions morales», in *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 59, Setembro de 1985, pp. 3-47, e «L'effondrement des bases sociales du familialisme», in *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 57-58, Junho de 1985, pp. 69-88.

ção à criança em detrimento do idoso, de modo a evitar custos a longo prazo; invertendo-se o esquema tradicional da autoridade paterna do «chefe de família», privilegia-se a mulher em relação ao homem — através da promoção do seu papel de mãe e dona de casa, é também a criança que o poder socorre, vigia e controla. A mulher passa a ocupar, assim, uma posição-charneira entre o Estado, o médico, o educador e a família cujo modo de vida se pretende moralizar. *Normalizar*, também. Normalizar, através da escola, a relação entre o adulto e a criança, quebrando os laços iniciáticos entre gerações, a transmissão autónoma que através deles se fazia dos saberes tradicionais, impedindo a livre circulação de crianças dentro das estruturas comunitárias.

Salvar a «infância em perigo» mobiliza toda uma cadeia de esforços, iniciativas e técnicos. A assistente social vigia, interroga, descreve e categoriza o quotidiano familiar da criança desadaptada. O médico psiquiatra (mais tarde o psicanalista) observa e classifica as suas patologias, cujas origens remontam, inevitavelmente, à instabilidade, precariedade e vícios do degradado meio familiar. O juiz, por último, julga a delinquência, decidindo, se assim o entender, retirar o jovem à influência negativa de pais ou vizinhos e colocá-lo sob tutela. Através da «criança-problema» e do seu delito, é a família pobre, como enclave de resistência à nova ordem industrial, que se vigia, controla e neutraliza.

J. Donzelot defende assim a tese segundo a qual a «família moderna» é um mecanismo, mais do que uma instituição:

*La famille est le résultat stratégique d'une série d'interventions qui font jouer l'instance familiale plutôt qu'elles ne se reposent sur elle*⁴³.

A força e a eficácia desse mecanismo residem precisamente nos estratégicos pontos de apoio que soube escolher para se desenvolver e cercar o território doméstico das classes trabalhadoras: a infância, a mulher.

O interesse e a incontestável lógica da argumentação do autor não nos devem fazer esquecer, porém, que nada fica decidido sobre a verdadeira eficácia desta articulada estratégia de «familiarização» das classes populares, cujas práticas reais (de conformismo ou resistência) ficam afinal por conhecer. Parece-nos ser este, aliás, o incómodo calcanhar de Aquiles de toda esta linha de investigação francesa. A existência e a coerência de um discurso de uma classe dominante ou de uma política de Estado não são sinónimos automáticos da sua difusão a toda a hierarquia social e muito menos do seu impacto e aceitação passiva em meios particulares.

A este título, parece-nos exemplar e pioneira a investigação levada a cabo por S. Humphries em *Hooligans or Rebels?*⁴⁴. Nele, o autor procurou estudar as formas de resistência de jovens pertencentes às classes trabalhadoras inglesas perante a poderosa tentativa de inculcação de padrões de comportamento conformistas, produtos da cultura dominante das classes médias. Ao contrário das mensagens e apelos veiculados nos discursos das *élites*, a resistência popular não só existiu, segundo Humphries, como constituía mesmo o outro pólo de um processo complexo de luta de classes, em que

⁴³ J. Donzelot, *op. cit.*, p. 89.

⁴⁴ S. Humphries, *Hooligans or Rebels? — an oral history of working class childhood and youth, 1889-1939*, Oxford, Basil Blackwell, 1981.

a investigação tem sistematicamente privilegiado o poder e a classe dominante. Pretende-se assim não só revelar e reconstituir essas desconhecidas e silenciadas formas de resistência, mas também oferecer «*a class-based interpretation of its behaviour, which situates resistance within various class formations and relationships, showing the continuity and similarity between working class youth and parent cultures*»⁴⁵.

Utiliza, para isso, outras fontes que não as eruditas escritas pela mão de legisladores, burocratas do Estado, filantropos ou médicos. Reconstitui, a partir da base popular e «inculta» (uma amostra actual de idosos), histórias de vida e reconstrói experiências e situações passadas. São múltiplos e bem sugestivos os indicadores que encontra desses comportamentos de rebelião perante as pressões crescentes do Estado para intervir na vida familiar, no trabalho e no lazer das classes populares. A entrada das crianças na escola e o prolongamento da carreira escolar não se fazem sem a oposição agressiva da família, que vê no novo estudante um braço de trabalho e um salário a menos no orçamento familiar; na sala de aula, as indisciplinadas crianças pobres reagem à disciplina e à coerção, à forma e ao conteúdo da matéria ensinada, bem distantes das suas experiências pessoais de miséria, fome e privação; no recreio e na rua organizam-se bandos irreverentes que preferem a bola, a aposta, o palavrão, o jornal clandestino, a partida, o jogo de cartas ao livro, ao caderno de estudo e à boa educação — mantendo-se a rua e a vizinhança animados espaços de lazer e convivialidade; em casos extremos recorre-se à manifestação, ao cartaz, ao piquete e mesmo à greve, utilizando um estilo e uma modalidade de luta do mundo sindical e militante dos mais velhos⁴⁶; finalmente, a existência dramática daquilo que se costuma designar como *social crime* — crimes contra a propriedade (roubos de carvão, madeira, géneros alimentares) cometidos por crianças e jovens pobres, solução conjuntural adoptada pela família operária que enfrenta uma fase de privação ou dificuldade extremas e que consegue assim manter a sua margem mínima de sobrevivência. Estes sinais de resistência à estratégia de normalização e moralização do quotidiano operário não deixam de escapar ao perfil de uma «família disciplinada» e de pôr em causa a tese da automática ou absoluta eficácia do «poder disciplinar».

Dirão os rigorosos do método que a história de vida não permite a generalização do caso particular ou a explicação da estrutura global — mas pode, sem dúvida, ser um útil instrumento para compreender o significado de uma visão do mundo. Argumentarão certamente que o retrato feito pelo idoso da sua infância e juventude é mais um produto de uma trajectória de vida que chega ao seu fim do que um esboço fiel da realidade. Apesar das objecções, é difícil, perante o significado dos indicadores apresentados e empiricamente comprovados, manter a tese da aceitação passiva e integral da norma burguesa por parte de obedientes classes populares urbanas. Não obstante a multiplicação dos discursos e mecanismos disciplinares do poder em volta

⁴⁵ S. Humphries. *op. cit.*, p. 2.

⁴⁶ O significado qualitativo da existência destas greves é obviamente maior que o seu peso efectivo. Mesmo assim, Humphries assinala a notícia de greves nacionais escolares (1889 e 1911), bem como a criação de uma escola alternativa de grevistas na aldeia de Burston, Suffolk, em 1914. Eram geralmente de dois tipos as reivindicações apresentadas: a abolição dos castigos corporais, a redução do horário escolar e do tempo de escolaridade obrigatória, bem como a extensão do período de férias. Não deixará de se pressentir, por detrás destas reivindicações, a resistência de uma família-rede de trabalho inquieta pela perda de insubstituíveis ganhos de salários.

deste quotidiano popular, e mesmo que restrita a certas franjas do mundo operário, a fases particulares do ciclo de vida familiar ou a alguns espaços da mesma, mantêm-se provavelmente de pé modelos de família e estratégias alternativas não conformes à ética burguesa. A família operária «disciplinada» é ainda uma questão em aberto.

DEDUÇÃO E NEGAÇÃO. A LÓGICA DA PROPRIEDADE E O MERCADO CAPITALISTA — A FAMÍLIA ALTERNATIVA

Assistimos à construção de dois perfis de família operária, procedentes daquilo a que chamamos uma lógica de dedução pelo conformismo. A «família-cópia», a «família disciplinada» obtêm-se pela extensão dos traços característicos da família doméstica burguesa ao longo de um processo de difusão da ética familialista a toda a hierarquia social ou de uma histórica estratégia política de inculcação de normas únicas. A coincidência entre o modelo do topo e o da base é, num como noutro caso, um efeito mais ou menos rápido de uma tendência homogeneizante ou de um poder disciplinar.

Detenhamo-nos agora num terceiro tipo, resultante de uma lógica que, ao contrário da anterior, se faz jogar pelo contraste, isto é, se apresenta como uma dedução pela negação. Nessa perspectiva, a família operária aparece como um contramodelo da família burguesa. Apostase, para isso, no impacto decisivo de uma variável: a propriedade torna-se a chave da explicação das diferentes estruturas familiares. Ao libertar-se dos jogos de interesse e conveniência necessariamente presentes entre proprietários e privilegiados, a família operária vem a constituir uma alternativa revolucionária ao casamento e à família burguesa.

A literatura oferece-nos exemplos particularmente sugestivos desta perspectiva nas obras de dois autores de épocas e horizontes científicos distantes. Pensamos nos clássicos trabalhos de Engels sobre *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*⁴⁷ e em boa parte da investigação de E. Shorter sobre o advento da família moderna⁴⁸.

Na lógica de uma explicação marxista do social, Engels considera determinante a convivência histórica de duas realidades: a família monogâmica e a propriedade privada dos meios de produção, cumplicidade que se particulariza numa classe (a burguesia) e num tempo (a era da industrialização e da produção mercantil). Num ciclo de evolução com origem na promiscuidade primitiva, a família monogâmica corresponde a uma quarta forma de casamento; caracteriza-a uma aliança de conveniência decidida pelos pais

⁴⁷ F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, R. Janeiro, Victória, s. d.

⁴⁸ São vários os textos de E. Shorter que tratam do tema. Destacá-riamos, no entanto, por serem aqueles que mais directamente focam a relação entre «mercado capitalista» e «modelos de família operária»: *Naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil, 1977; «Capitalism, culture and sexuality», in *Annales ESC*, vol. 53, 1972, pp. 338-354; «Différences de classe et sentiment depuis 1750 — l'exemple de la France», *ibid.*, ano 29.º, n.º 4, Julho-Agosto de 1974, pp. 1034-1057; «Female emancipation, birth control and fertility in European history», in *American Historical Review*, vol. 78, n.º 3, pp. 605-632.

dos noivos, com vista à transmissão e conservação do património familiar. Como instituição, é uma peça fundamental na estratégia de consolidação da hegemonia económica da burguesia na sociedade capitalista; como tal, mobiliza uma implacável lógica de interesse que se vem a sobrepor a sentimentos ou preferências individuais — deixa, por isso, a porta aberta a vícios que lhe dão uma dupla personalidade entre uma aparência feita de dignidade e ostentação e uma escandalosa realidade. A família dos oprimidos apresenta-se, ao invés, como uma monogamia no sentido etimológico da palavra. Quer isto dizer que, ao libertar-se das condicionantes sociais que davam fundamento material à outra, a propriedade, é, de facto, uma união livremente consentida entre indivíduos solidários. Num casamento promovido pelo sentimento e vivido em igualdade entre homem e mulher passa a existir uma inédita transparência entre a palavra e a realidade.

A oposição vincada entre uma lógica de interesse e outra de sentimento, socialmente enraizadas em grupos proprietários e não proprietários, constitui também o centro de gravidade das teses de E. Shorter sobre os novos padrões de vida sexual e familiar das classes populares urbanas da Europa recém-industrializada. A inexistência da propriedade, a entrada na fábrica, a experiência do mercado de emprego capitalista e o salário individual teriam libertado, segundo o autor, os jovens trabalhadores das pesadas amarras tradicionais — as pressões interessadas da extensa rede de parentesco, a indiscreta e vigilante vizinhança, ou mesmo a poderosa autoridade da Igreja. É nestes meios urbanos que, pela primeira vez, o sentimento se introduz no namoro e o ideal de companheirismo na relação conjugal. Demonstram-no, primeiro, a existência cada vez mais ostensiva de relações sexuais entre solteiros, as quais se traduzem num aumento súbito das taxas de ilegitimidade a partir de 1750; a popularidade crescente das «uniões livres» e a recusa das formas tradicionais de casamento consolidam depois a revolta popular contra o modelo dominante. Na família operária saiu também reforçado e promovido o papel da mulher, uma vez que se alargou (pela via do salário individual) a base material da sua autonomia e independência.

Contrariamente aos argumentos de M. Weber que associavam o avanço do capitalismo a uma ascética repressão da sexualidade, Shorter faz notar a existência de focos de cultura popular libertina. A excepção não pode ser tomada pela regra: a grande massa da população europeia participava de um mundo de valores e normas bem distintos daqueles que seriam provavelmente um exclusivo da *élite* mercantil. Assim, para Shorter, «*la sous-culture prolétarienne se caractérise par une révolte sexuelle contre la famille et les autorités qui avaient essayé d'imposer la chasteté aux célibataires et peut-être aussi par un mouvement de la part des femmes défavorisées en vue d'acquérir plus d'autonomie*»⁴⁹.

Gerou-se, em volta das teses expostas, um debate tão vivo quanto construtivo, na medida em que tem contribuído para um notável avanço do conhecimento sobre estas questões. Referimo-lo, por isso, com algum pormenor. Dois «erros» são geralmente apontados a E. Shorter. Em primeiro lugar, não existe uma relação causal directa entre «industrialização» e «família conjugal», uma vez que a evidência empírica tem revelado a existência dos novos padrões de vida familiar em épocas bem anteriores à revolução

⁴⁹ E. Shorter, «Différences de classe et sentiment depuis 1750 — l'exemple de la France», cit., p. 1056.

industrial — uns não são efeitos imediatos da outra⁵⁰. Por outro lado, tudo indica que a análise de classes esboçada apresenta alguma incorrecção: os novos modelos familiares teriam aparecido, não entre o proletariado recém-instalado na cidade, mas em meios económica e socialmente favorecidos das classes médias urbanas. Às abordagens referidas deparam-se, assim, um incómodo mal-estar quando confrontadas com a realidade empírica.

Exemplo flagrante dessa dissonância é a interpretação que fornecem do estatuto da mulher operária no seio da família, o qual teria saído reforçado em autonomia e independência com a sua entrada para a fábrica. Esta visão veio a ser vivamente contestada por investigações posteriores. Resultaria, por um lado, de uma errada apreciação do lugar e papel da mulher na unidade doméstica camponesa, o qual abusivamente se pressupõe como passivo e subalterno, ou mesmo secundário, em relação ao do homem⁵¹. Tudo leva a crer, bem pelo contrário, que a indústria não inaugura uma nova era para o trabalho feminino das classes populares europeias. Antes e depois da revolução industrial, as mulheres (filhas e esposas) dos pobres trabalham, dentro e fora de casa, no interesse das suas famílias. Como justamente defendem L. Tilly e J. Scott «*no change in values, then, was necessary to permit lower class women to work outside the house during the 19th century*»⁵².

Denunciaria, por outro lado, um romântico (des)conhecimento das dramáticas condições de vida material das operárias nas cidades industriais. A instabilidade e precariedade de emprego, os baixíssimos níveis dos salários individuais femininos (inferiores aos dos homens) e a ausência de um eficaz sistema de assistência social que permitisse fazer face às situações de doença, invalidez, velhice ou morte do trabalhador tornavam, mais do que nunca, a família o único local onde a sobrevivência era possível. É difícil defender, neste estado de penúria e precariedade, a emergência de um novo papel feminino, autónomo e gratificante, entre os meios populares.

A oposição teórica vincada entre «lógica de interesse», valor privilegiado no casamento burguês, e «lógica de sentimento», novo código orientador das uniões operárias, é igualmente polémica. Mesmo que nele esteja ausente a estratégia de transmissão de um património, no sentido clássico do termo, o «casamento romântico» é modelado por códigos sociais e permite a troca de outros capitais (materiais e simbólicos) entre os cônjuges.

A selecção individual do companheiro e a troca afectiva não deixam de se fazer num espaço marcado por clivagens sociais e culturais. Estudos realizados para os meios operários têm aliás mostrado⁵³ com particular nitidez

⁵⁰ E consulte-se, por exemplo, para um desenvolvimento mais amplo desta perspectiva crítica, a já referida obra de L. Stone, *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*, bem como a estimulante reflexão de W. J. Goode, *op. cit.*, sobre a articulação entre industrialização capitalista e sistema familiar conjugal. Alargando a sua pesquisa empírica a outros universos socioculturais que não o europeu, o autor chama ainda a atenção para duas verificações que, no mínimo, problematizam aquela relação de causalidade: a emergência do novo sistema familiar conjugal pode, ela própria, abrir caminho e encorajar a industrialização (e não o inverso); valores e ideologias novas, parcialmente independentes de mudanças económicas, podem ter efeitos notáveis na alteração dos comportamentos familiares.

⁵¹ E veja-se, em apoio desta crítica, nomeadamente M. Segalen, *Mari et femme dans la Société paysanne*, Paris, Flammarion, 1980, e o exemplar trabalho de L. Tilly e J. Scott, *Women, work and family*, Nova Iorque, Holt Rinehart and Winston, 1978.

⁵² J. Scott e L. Tilly, «Women's work and the family in nineteenth century Europe», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 57, n.º 1, Janeiro de 1975, p. 43.

⁵³ Veja-se a referência aos trabalhos de Y. Lequin e M. Segalen em P. Guillaume, *Individus, familles, nations, essai d'histoire démographique, XIX^{ème}-XX^{ème} Siècles*, Paris, Société d'Enseignement Supérieur, 1985, p. 160.

a fortíssima endogamia profissional que os caracteriza: os jovens esposos têm, em geral, pais e sogros do mesmo ofício; atenda-se igualmente à indispensável divisão do trabalho que se estabelece no interior da família e nos desiguais papéis que nessa rede desempenham homens e mulheres. A troca de sentimentos no casamento operário resulta também na associação de duas capacidades de trabalho. Neste, como noutros grupos sociais, procura-se realizar, como justamente escreve P. Bourdieu, «*a good marriage rather than just a marriage*»⁵⁴. O sentido das conveniências de grupo e as afinidades pessoais não são necessariamente termos contrários, constituindo antes um par solidário que, no passado como no presente, e nos vários grupos sociais, vão revestindo formas específicas — cabendo à investigação mostrar, em cada caso, a sua combinação particular.

Finalmente, detenhamo-nos um pouco nos indicadores que operacionalizam a noção de «subcultura popular libertina», tal como os selecciona E. Shorter. São eles as «relações sexuais pré-nupciais» e as «uniões de facto». Desde logo, temos algumas dúvidas, que possam ser apontados como sinónimos evidentes de comportamentos românticos, tal como se vivem ou entendem em certos meios ocidentais contemporâneos. Resta saber, depois, se são de facto inéditos; em comunidades rurais «tradicionais», e para determinadas franjas do campesinato, as relações sexuais entre solteiros não eram casos esporádicos, nem tão-pouco atitudes de rebelião feminina contra as instituições dominantes. A forte incidência de uniões de facto entre casais operários parece constituir, por outro lado, uma incorrecta visão da realidade, motivada talvez pelo recurso exclusivo a fontes históricas de natureza qualitativa, como observações e relatos de eruditos ou notáveis locais da época.

Num dos raríssimos estudos sociodemográficos sobre o concubinato operário, e no que se refere ao espaço parisiense de meados do século XIX, bem diferentes são as conclusões do seu autor⁵⁵. No que respeita à distribuição espacial, «intensidade do casamento tradicional» e «intensidade de implantação operária» são duas variáveis que se sobrepõem quase perfeitamente; em nenhum lugar se nota uma relação privilegiada entre concubinato e presença de operários. Não existe, finalmente, ao contrário do que tenderiam a sugerir as fontes qualitativas, qualquer recusa maciça do casamento nos bairros de assalariados industriais. M. Frey vai mesmo mais longe ao chamar a atenção para a necessidade de se contemplar, na análise, o nível das aspirações e das práticas do casal, sustentando que, «*même si on tombe en concubinage, l'aspiration au mariage demeure*»⁵⁶.

As bases empíricas em que assenta a construção do modelo de família operária como negativo do modelo burguês são, como vemos, frágeis e ténues; os pressupostos teóricos de que os seus defensores partem não são claramente convincentes, pois assentam numa dicotomia demasiado simplista: interesse *versus* afeição, cuja fronteira se decide na variável propriedade.

Retomemos, porém, o modelo proposto por E. Shorter. Gostaríamos ainda de voltar a um dos seus pressupostos, partilhado, aliás, por outros

⁵⁴ P. Bourdieu, «Marriage strategies as strategies of social reproduction», in R. Forster e O. Ranum (eds.), *Family and Society*, Baltimore, J. Hopkins University Press, 1976, p. 122.

⁵⁵ Referimo-nos ao artigo de M. Frey «Du mariage et du concubinage dans les classes populaires à Paris (1846-47)», in *Annales, ESC*, vol. 33, n.º 4, 1978, pp. 803-839.

⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 814.

autores. É a ideia de que, para a família operária, tudo começaria no presente, na fábrica e na cidade. Entre o passado, não operário e rural, e o presente haveria uma ruptura e uma descontinuidade radicais. A história desta família é apresentada como uma história recente, de tempos curtos e rápidos, onde o novo vem imprimir marcas definitivas. Pressuposto que nos faz lembrar aquilo que M. Halbwachs⁵⁷ escrevia no início do século a propósito das vantagens em começar um estudo da «hierarquia das necessidades nas sociedades industriais contemporâneas» pelos hábitos de consumo operários. O argumento-chave de que se socorria o autor era justamente o da simplicidade: não há classe social mais homogênea e uniforme do que a classe operária, pois a sua vida social é rudimentar e «pouco complicada»⁵⁸. Para isso contribui decisivamente o facto de ela não ter um passado nem ter experimentado uma evolução:

*La classe ouvrière ressemble bien plus, croyons-nous, à une masse mécanique et inerte qu'à un organisme vivant et souple [...] De toutes les parties de la société, c'est elle qui subit le moins l'influence et l'impulsion de son passé*⁵⁹.

Vejamos então os autores contemporâneos, e Shorter designadamente. A perda da propriedade abre sem dúvida um caminho irreversível à novidade e à diferença. Mas outra condição se vem juntar a esta, sem a qual não teriam surgido os novos padrões de vida familiar: a experiência inédita que os jovens assalariados independentes fazem do mercado de trabalho na cidade e dos valores económicos que regem as suas leis. Ela teria permitido a importação dos valores capitalistas da livre concorrência, maximização do interesse e benefício individual para a esfera privada da sexualidade e da família. Assim o entende Shorter:

*Individuals apply to their lives the lessons they had learned in the market: the pursuit of self interest and the maximization of individual advantages*⁶⁰.

A lógica do *Homo oeconomicus* passa a ser também a do *Homo amans*. Cada casal operário, socializado nos novos valores económicos, não tendo mais de suportar o peso secular da propriedade, inaugura, em ponto pequeno, uma «subcultura de gratificação».

Partindo igualmente do primado do presente e da importância da experiência actual operária no mercado de emprego, J. Kellerhals, já anteriormente referido, interpreta todavia de maneira diferente as relações entre família e trabalho. Se as duas esferas de actividade se orientam, para Shorter, a partir de valores comuns, J. Kellerhals entende-as como duas realidades de qualidades opostas. De facto, a experiência de trabalho é, para o operá-

⁵⁷ Ver M. Halbwachs, *La classe ouvrière et les niveaux de vie — recherches sur la hiérarchie des besoins dans les sociétés industrielles contemporaines* (1912), Paris, Gordon et Breach, 1970.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. XII.

⁵⁹ Id., *ibid.*, p. XVI. A vida de família limita-se, em consequência dessas teses, a atingir níveis de organização imperfeita e a fechar-se numa estrutura pouco consistente. É a classe, como grupo, que vem a tirar partido dessa forma rudimentar: *L'unité de la classe reste entière, elle n'est pas décomposée en des subdivisions*», pode ler-se na p. 416.

⁶⁰ E. Shorter, «Capitalism, culture and sexuality», cit., p. 354.

rio (mas sobretudo para a sua mulher), uma experiência de alienação, frustração e dependência. A família adquire, pois, nos meios populares as características de refúgio privilegiado onde se vem encontrar o precioso sentido da vida e realização pessoal que faltam no mundo da profissão.

Explica-se, assim, a centralidade do casamento e da procriação nos projectos operários: a impotência social é compensada pelo investimento na família. Se a família é aqui um insubstituível espaço de gratificação individual, isso não se deveria, como pensa Shorter, à privatização dos valores de mercado capitalista, mas antes à negação e recusa desses mesmos ideais.

Seja como for, os dois autores colocam-nos perante uma imagem semelhante da família operária: construída a uma só dimensão, cortada de qualquer passado, parte na cidade de um nível zero de organização. Por isso adapta-se, aderindo ou recusando, à situação do momento, do acontecimento ou da circunstância.

A família operária não é o produto histórico de uma trajectória social, envolvendo e transportando estratégias, mas uma unidade vazia de conteúdo próprio cuja forma se vai construindo e consolidando no presente imediato.

ESTRATÉGIAS FAMILIARES OPERÁRIAS NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO — PISTAS E PROBLEMAS

Nas ciências sociais portuguesas, as famílias operárias, no passado como no presente, são ainda um tema por explorar. O «operário» e a «classe» continuam a ser os actores privilegiados de uma história ou de uma sociologia da indústria, do trabalho ou das classes e relações sociais.

As ideias e as pistas teóricas que expusemos e debatemos colocam-nos perante um conjunto de questões com que actualmente se aborda o tema marginal constituído pelas famílias operárias. Ao longo desse percurso surgiram perfis-tipo e foi tomando forma o estatuto teórico vulgarmente concedido à família operária. Podemos dar agora um passo em frente no sentido da aproximação da realidade concreta que pretendemos conhecer, tal como a definimos no início do artigo. É importante aferir a relevância teórica dos problemas assinalados ao terreno empírico constituído pela estrutura da sociedade portuguesa contemporânea. Na parte final deste texto, ponto de partida para uma outra etapa da investigação, gostaríamos de indicar, ainda que a título provisório e sumariamente, um conjunto de hipóteses de análise e de pistas exploratórias que consideramos relevantes para captar a realidade das famílias operárias no Portugal de hoje. Apresentando-se como uma síntese crítica do que ficou exposto, particularizada na relação fábrica-família, não hesitámos contra-argumentar com base em alguns dados sugeridos pela especificidade do contexto português.

A revolução industrial introduziu a separação física entre o local de produção, onde o trabalhador independente ganha a vida recebendo um salário individual, e a unidade doméstica de reprodução. Não obstante, as duas esferas do trabalho e da família mantêm-se estreitamente cúmplices e solidárias. Alguns breves exemplos sugestivos sustentam esta primeira hipótese.

O quotidiano fabril, nos seus ritmos e disciplina, no seu grau de mecanização, nos seus horários e organização interna, nas suas fases de expansão e de crise, na sua política de recrutamento de mão-de-obra, pesa sobre o quotidiano familiar. O ingresso e a permanência do trabalhador na fábrica, homem ou mulher, adulto ou criança, também não é, por outro lado, um acto solitário, fruto de uma decisão individual; insere-se, pelo contrário, numa estratégia colectiva produzida por uma trajectória histórica e social, uma estrutura e conjuntura familiares. Só assim se pode compreender a participação diferenciada de homens e mulher no trabalho fabril, bem como a sua variação ao longo das diferentes fases do ciclo de vida familiar; a variável sexo assume, afinal, um papel relevante na atribuição de lugares, tarefas e poderes no seio de uma ou outra rede de trabalho. Casos houve, até, em que o contacto entre a casa e a fábrica se tornava particularmente notado: se bem que próprio a algumas aristocracias operárias, e a tipos de manufatura em que a especialização e a estrutura salarial se apresentavam altamente hierarquizadas, os papéis familiares de pai e filho podiam prolongar-se nas relações autoritárias entre mestre e aprendiz — dentro e fora de casa, o saber e a arte eram transmitidos do topo para a base⁶². A fortíssima incidência da homogamia profissional nos meios operários vem reforçar ainda a tese da cumplicidade entre as duas esferas de actividade.

Por outro lado, a relação fábrica-família apresenta-se como uma relação de reciprocidade, e não como uma determinação de sentido único. Ao contrário do que a literatura por vezes sugere, não pensamos que a fábrica tenha gerado, a partir do nada, agressiva e automaticamente, uma nova família — a família operária. Contestamos o estatuto que vulgarmente se lhe atribui, em rigoroso exclusivo aliás, de tábua rasa, encarando-a como uma forma maleável que receberia resignadamente as impressões transmitidas do exterior; como se entre a família operária e os processos sociais se mantivesse uma relação de distante exterioridade e estranheza. Pelo contrário, defendemos a ideia de que a família operária é um produto específico de uma trajectória histórico-social e transporta consigo uma estratégia com a qual é capaz de resistir a cercos exteriores, bem como de participar e constituir os próprios processos de mudança. No caso português dispomos de alguns indicadores empíricos que parecem reforçar a nossa posição.

Os anos 60 marcaram uma viragem decisiva na sociedade portuguesa. A vida económica perde então o seu carácter eminentemente ruralista e conhece, pela primeira vez, um dinâmico avanço do sector industrial, a cargo da iniciativa privada protegida pelo Estado, não só em quantidade (no que respeita ao valor da produção industrial), mas também em qualidade (no alargamento e diversificação da gama de indústrias existentes). Esses crescimento e expansão concentram-se, porém, em dois ou três pontos privilegiados do litoral: Porto-Aveiro-Braga a norte; a bacia do Tejo, com Lisboa e Setúbal, mais a sul. Desencadeia-se então, a partir do interior do País e em direcção aos centros industriais, um verdadeiro êxodo rural que vem a atingir proporções assustadoras. Entre 1951 e 1964 calcula-se que 1 300 000 rurais deixam as suas terras; desenha-se então a imagem desequilibrada de um país de contrastes: uma faixa litoral jovem, densamente povoada, envolvida num movimento para o progresso, um interior envelhecido, desertifi-

⁶² Veja-se, por exemplo, M. Filomena Mónica, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», in *Andlise Social*, vol. xvii, n.ºs 67-68, 1981, pp. 505-571.

cado, tradicional, bloqueado numa profunda crise agrária. Portugal assume, desde então, com particular nitidez, as características de uma «sociedade dualista»⁶³.

Algumas investigações⁶⁴ têm vindo a abordar o tema das migrações portuguesas — internas ou externas — no século xx; a partir dos resultados obtidos é possível afirmar-se que a rede de parentesco (e não só a família nuclear) desempenha um papel activo ao longo dos processos migratórios que precedem a instalação na cidade e a entrada no mercado de trabalho urbano nos objectivos que a estimulam, nos actores que mobiliza, nos meios que se seleccionam para a concretizar. A migração é um empreendimento colectivo em que participa a família como um todo, e não uma fuga individual de um trabalhador solitário. Na cidade, esse papel activo mantém-se: a família, rede de entajuda, assistência e reserva de valores, é o lugar onde, por excelência, se proporciona a sobrevivência material e cultural do indivíduo. A unidade doméstica conserva aliás as suas características de rede de trabalho, reunindo em volta de objectivos comuns (e designadamente o trabalho assalariado) adultos e crianças, homens e mulheres. A família das classes populares mantém assim uma relação de estreita convivência e participação, não de alheamento ou passividade, com os processos sociais que tocam o seu espaço envolvente.

O espaço português sugere-nos ainda uma outra pista de análise. A relação fábrica-família não se joga exclusivamente no presente. Protagonista de uma história a várias dimensões, nela se projectam e confluem, pelo contrário, tempos diferentes. Tempos longos, cíclicos e lentos transportados de um passado e de uma paisagem rural; tempos curtos, lineares e rápidos, adquiridos no presente e no espaço urbano.

A família operária não é, quanto a nós, um somatório accidental de comportamentos individuais, erráticos e dispersos, adquiridos à pressa nesse meio estranho e diferente que é a cidade. Há que encará-la, ao invés, como sede de estratégias concertadas de grupos⁶⁵. Adquiridas, reproduzidas e transportáveis por uma posição, passada e presente, na estrutura social, as estratégias familiares operárias têm um carácter consistente, regular e durável. É em função delas que se enfrentam situações imprevistas, se interpretam experiências inéditas, se negociam novas relações.

Pensar a família operária na sociedade portuguesa contemporânea obriga-nos a ter em conta essa capacidade de transporte de estratégias familiares do campo para a cidade, bem como as várias dimensões históricas que confluem no presente — sob pena de fornecermos uma visão demasiado empobrecida da realidade.

⁶³ Termo já clássico proposto e desenvolvido por A. Sedas Nunes, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 1968; «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Análise Social*, n.ºs 7-8, 1964, pp. 407-462.

⁶⁴ Veja-se, por exemplo, K. Wall, «Mulheres que partem, mulheres que ficam, uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório», in *Ler História*, n.º 3, 1984, pp. 53-65; A. Nunes de Almeida, «Trabalho feminino e estratégias familiares», in *Análise Social*, vol. xxi, n.º 85, 1985, pp. 7-44; *Do Campo à Cidade — o Impacte do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1984.

⁶⁵ Pensamos, neste ponto, que a abordagem praxeológica de P. Bourdieu nos fornece ainda instrumentos teóricos preciosos para repensar o estatuto teórico da família operária e das classes não possidentes. Veja-se, designadamente, P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique — précédée de trois études d'ethnologie kabyle*, Paris, Librairie Droz, 1972; e também «Marriage strategies as strategies of social reproduction», cit.

Há que atender, por um lado, às datas recentes das grandes correntes migratórias do campo para a cidade. Tendo a fase moderna do processo de industrialização arrancado nos anos 50, podemos admitir que largos contingentes de mão-de-obra rural adulta entraram na fábrica e na cidade há pouco mais de vinte anos. No Portugal de hoje, a raiz rural está praticamente a descoberto para a grande maioria dos operários que se fixaram em pólos industriais.

As modalidades que adquiriu o desenvolvimento industrial em algumas zonas do nosso país acentuam aquela faceta. É o caso do NW, o eixo industrial constituído pelos distritos de Aveiro, Porto e Braga. A implantação das unidades fabris fez-se (e faz-se) em zonas de pequena propriedade rural, sendo a mão-de-obra para a fábrica recrutada entre pequenos camponeses; quer isto dizer que o salário industrial aparece como um complemento adicional ao rendimento familiar agrícola — situação que se traduz numa apertada contiguidade entre paisagem industrial e paisagem rural, num quotidiano compromisso entre o operário e o camponês. Aqui não só se pressente a presença da unidade doméstica como sede de estratégias familiares, como se sugere também a complexa articulação dos vários tempos do presente.

Gostaríamos ainda de chamar a atenção para um terceiro indicador, certamente relevante em outras zonas do País. Mesmo naquelas (e o exemplo paradigmático parece ser o da bacia industrial do Tejo) em que aparentemente aconteceu um corte brusco e irreversível entre a fábrica e a propriedade rural, entre o salário industrial e o rendimento familiar agrícola, e para certas franjas da população operária surgem hoje discretas, mas organizadas, estratégias de pluriactividade familiar. É o fenómeno já classificado como «economia subterrânea»⁶⁶: com ele se torna a evidenciar a presença constante e complementar do trabalho agrícola, bem como o papel da família operária como activa rede de trabalho colectivo⁶⁷ capaz de enfrentar e reagir a condicionalismos exteriores.

A relação fábrica-família não se fixa, entretanto, de uma vez por todas. Não é uma relação estática, mas antes uma relação que se altera e negocia no tempo.

A família operária aparece, na literatura especializada, como uma realidade rigidamente aprisionada na conjuntura do momento particular em que foi observada. Do corte sincrónico com que trabalha a análise não se pode contudo deduzir a estabilidade e imobilismo da estrutura familiar observada. A família operária produz, no seu ciclo de vida, dinamismos que a fazem conciliar, em cada etapa, os objectivos estratégicos que transporta, as necessidades próprias da conjuntura que atravessa e os condicionalismos exteriores impostos pelo meio social e económico envolvente. Daí o seu carácter de realidade em movimento e também a necessidade de a investigação captar essa dinâmica.

A relação que estabelece com a fábrica é assim condicionada, designadamente, pelas necessidades e custos materiais que as várias etapas do ciclo de vida familiar lhe vão impondo. Estas são diferentes consoante se trata

⁶⁶ Duvidamos, inclusivamente, do seu carácter «recente»; pensamos, pelo contrário, que se trata de práticas já tradicionais em certos meios operários, só agora atingindo uma plena visibilidade — até pela atenção que têm actualmente merecido por parte da investigação.

⁶⁷ Leia-se o interessante artigo de M. Villaverde Cabral «A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização», in *Análise Social*, vol. XIX, n.º 76, 1983, pp. 199-234.

de um casal jovem sem filhos, de um casal em fase de plena maternidade activa ou com crianças em idade escolar, um casal com filhos solteiros a trabalhar, ou, finalmente, de um casal já sem filhos em casa. Atenda-se à flexível posição de *pivot* que ocupa a mulher entre as duas redes de trabalho, em casa ou na fábrica, nessas distintas conjunturas; a variabilidade e descontinuidade da participação da mão-de-obra feminina em actividades assalariadas é um indiscutível indicador dessa interdependência dinâmica das duas esferas da produção e reprodução.

A história da fábrica, por seu lado, ligada a conjunturas de expansão ou recessão económicas, a políticas de emprego ou de salários, não deixa de pesar sobre a definição de objectivos familiares, bem como de orientar a selecção dos meios para os atingir.

Abre-se assim um inexplorado campo de relações flexíveis e negociáveis entre duas realidades que transportam dinâmicas próprias e evoluções particulares. Não é só, porém, a história de vida de uma ou de outra que dá à relação entre família e fábrica o seu carácter dinâmico. É o que veremos a seguir.

A relação fábrica-família não assume um modelo único e universal; particulariza-se antes na especificidade de contextos sociais e regionais.

É difícil pensar-se, sobretudo no caso de Portugal que nos ocupa, em «família operária» ou em «fábrica» no singular. A relação entre uma e outra está sujeita a variações: basta atendermos, por um lado, à vincada heterogeneidade da composição da população operária portuguesa (exemplos: nas diversas trajectórias sociais que se podem esboçar entre o campo e a cidade, a propriedade e o salário, no seu diferente grau de especialização, tecnicidade, instrução e remuneração) e, por outro, às extremas disparidades entre sectores e regiões industriais (ilustradas nas diferentes dimensões da fábrica, no respectivo apetrechamento tecnológico, na proximidade ou isolamento que mantém relativamente a outras fábricas, na relação que estabelece com a paisagem rural, nos tipos de mão-de-obra a que recorre — feminina ou masculina, adulta ou infantil, rural ou urbana, por exemplo).

Nesta óptica de diversidade entra em jogo um campo de variáveis particularmente significativas perante as quais a investigação deverá posicionar-se. Com duas vantagens, a nosso ver: do ponto de vista do método, possibilita-nos uma selecção criteriosa e fundamentada dos meios e unidades de análise a observar; o respeito pela diversidade favorece, ao mesmo tempo, a saudável ruptura com a popular e simplista imagem de uma família operária no singular. Sem termos a pretensão de abranger exaustivamente a totalidade dos factores de diversidade, não deixaremos, todavia, de sublinhar alguns.

Um primeiro factor de variabilidade estará certamente no tipo de trajectória social e histórica de acesso à fábrica protagonizada pelo grupo familiar; com ela se define também um processo de continuidade ou de ruptura entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial. Apesar da diversidade de situações concretas, pensamos que essas trajectórias se organizam, provavelmente, em torno de dois perfis maiores⁶⁸, particularmente bem ilustra-

⁶⁸ O seus contornos foram esboçados em trabalhos já clássicos; veja-se designadamente F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa; A Regra do Jogo, 1978, ou mesmo M. V. Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República, 1909-1910*, Lisboa, Presença/GIS, 1977.

dos pelo contexto português. Um primeiro: a trajectória do camponês pequeno proprietário cuja exploração familiar em crise fornece mão-de-obra disponível para a indústria e que, por isso, emigra para fora do País ou, em Portugal, se vem a empregar na fábrica, de tal maneira que o salário industrial se torna um indispensável complemento do orçamento familiar. A continuidade entre a fábrica e a pequena propriedade que aqui se esboça parece ter sido a modalidade privilegiada pela indústria têxtil do Noroeste do País, cuja expansão se fez em estreita simbiose com as comunidades aldeãs ou nas indústrias alimentar e de conservas, ao longo da orla marítima, em próximo contacto com as comunidades piscatórias. O segundo perfil, a outra trajectória: a do trabalhador rural assalariado das grandes propriedades da Beira Baixa e Alentejo que, ao partir definitivamente do campo, entra na fábrica e se torna irreversível e exclusivamente um operário; apesar de o salário continuar a ser o seu único meio de subsistência, verifica-se aqui ruptura (e não continuidade ou contacto) entre o trabalho no campo e o trabalho na fábrica. Parece ter sido essa a experiência dos operários da região de Lisboa, designadamente os da sua margem sul, assalariados da indústria dos adubos (CUF), metalurgia e cortiça.

A dimensão da fábrica e a variedade produtiva da região industrial constituem também factores de diversidade a ter em conta. Embora a situação portuguesa actual tenha certamente conhecido alterações apreciáveis, houve, no passado histórico recente⁶⁹, uma distância considerável entre o operário das grandes concentrações industriais e o operário da pequena fábrica. O primeiro, sem qualificação particular, indiferenciado, com uma forte composição em mão-de-obra juvenil e feminina, no qual se repercutiam de forma dramática desemprego e crises industriais — caso dos trabalhadores da cintura industrial de Lisboa no início do século; o outro, altamente especializado, compondo os grupos profissionais mais qualificados, geralmente ligado à pequena exploração familiar — para a mesma época apontam-se os exemplos dos operários da indústria dos chapéus e sapatos (São João da Madeira), da cutelaria (Guimarães), do papel (Aveiro), e do vidro (Marinha Grande). Por outro lado, a ligação da família operária à fábrica é certamente mais vigorosa nas regiões de monoprodução industrial (como terá provavelmente acontecido no enclave montanhoso da Covilhã) do que nas de diversidade produtiva em que a oferta de emprego mais variada dá ao operário (e à sua família) um mais amplo campo de manobra em eventuais conjunturas de crise ou de coacção patronal.

Se é verdade que a correlação que assinalámos para o passado entre as duas variáveis, dimensão fábrica-grau de especialização da mão-de-obra, não possui, modernamente, a mesma pertinência (nem talvez sequer o mesmo sentido), ela sugere, sem dúvida, uma variável-chave: o grau de especialização da mão-de-obra operária, intimamente associado ao grau de instrução e ao nível de remuneração. A partir dela se poderão antever não só as condições de trabalho mais ou menos favoráveis do operário, como também o carácter mais ou menos estável e materialmente compensador da sua permanência na fábrica, logo, a maior ou menor estabilidade e desafogo material da sua vida familiar. Ainda hoje, no nosso país, é bem pronunciada a hierarquia salarial entre os diferentes sectores industriais, hierarquia que aliás se mantém coincidentes, em linhas gerais, com a que existia no início

do século⁷⁰. A ela juntam-se obviamente outras, definidas por critérios como a região, a idade e, até há bem pouco tempo, o sexo. Fixemo-nos, porém, na primeira.

Entre as indústrias transformadoras, as clivagens são notáveis. As mais elevadas remunerações, respeitantes aos contingentes de mão-de-obra mais especializada e instruída e às fábricas de ponta dispondo de equipamento tecnológico mais avançado, praticam-se em indústrias como as do tabaco, químicas, construção de material eléctrico, derivados do petróleo bruto e carvão, bem como a metalurgia de base — preferencialmente localizadas na região de Lisboa-Setúbal. Pelo contrário, são francamente inferiores as remunerações praticadas em sectores mais tradicionais, que recorrem a uma mão-de-obra subinstruída (onde a percentagem de analfabetos atinge níveis confrangedores) e não raras vezes feminina: é o caso das indústrias têxteis, calçado e vestuário, alimentação, construção e obras públicas, produtos minerais não metálicos, madeira e cortiça — sediadas, com extrema frequência, no NW.

Do que ficou exposto, parece-nos francamente polémico partir (como é hábito) do pressuposto de uma relação única, universal e fixa entre duas realidades que, elas próprias, se apresentam com um carácter hererogéneo tão vincado — fábrica e grupo familiar. Voltamos a sublinhar que o pressuposto da diversidade deverá estar presente no horizonte teórico do investigador: só assim seremos capazes de justificar a selecção de umas unidades de análise, em detrimento de outras; não hesitaremos também em reconhecer e contemplar dimensões nem sempre ortodoxas do real. A unidade será, quando muito, um ponto de chegada da investigação, empiricamente verificado; nunca, como se assume com frequência, um axioma de partida.

Ainda que com extrema brevidade, gostaríamos de indicar uma última pista de trabalho, que nos permite problematizar o perfil «disciplinado» da família operária — entre os discursos dominantes e as práticas reais. A relação fábrica-família ocorre num contexto histórico e político onde se projectam lutas sociais e se consolidam estratégias de dominação. A intensidade, o sentido e a forma dessa relação podem ser afectados pela acção, nem sempre concertada ou coincidente, de poderes políticos e sociais, tais como o Estado e os grupos económicos privados. Estes constituem, aliás, personagens centrais do capitalismo português, cujo desenvolvimento e expansão, no nosso século, e no quadro de uma economia corporativa, não se compreende sem atendermos ao papel de uns e à participação cúmplice de outros.

⁷⁰ Consulte-se, para a primeira década do século, M. V. Cabral, *op. cit.*; o autor, com dados de 1907, conclui da existência de três grandes grupos salariais: as aristocracias privilegiadas de altos salários constituídas pelos operários da construção eléctrica, transportes marítimos e terrestres, tabaco, metais e carroçarias, vidro e químicas; uma massa mais ou menos igualitária composta pelos trabalhadores das indústrias da madeira e mobiliário, vestuário, construção e pedreiras, calçado, artes gráficas, pesca e salinas, alimentação e minas; finalmente, os superexplorados operários da têxtil, do papel, cerâmica e curtumes. Para o período mais recente consultar, nomeadamente: O. E. Carvalho, «A repartição pessoal do rendimento em Portugal: análise do período dos I e II Planos de Fomento», in *Análise Social*, vol. v, n.º 19, 1967, pp. 436-502; A. Murteira e I. Branquinho, «A mão-de-obra industrial e o desenvolvimento português», in *Análise Social*, vol. vii, n.ºs 27-28, 1969, pp. 560-583; A. Sedas Nunes e J. D. Miranda, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», in *Análise Social*, vol. vii, n.ºs 27-28, 1969, pp. 333-338; A. Sedas Nunes, V. Ferreira e J. Aguiar, «Níveis de instrução na indústria portuguesa», in *Análise Social*, vol. vii, n.ºs 27-28, 1969, pp. 645-705; M. Santos, *A Regionalização do Desenvolvimento Industrial — Uma Análise das Condicionantes e Potencialidades à Escala Distrital*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1984.

O processo nacional de industrialização surge, a partir dos anos 30, estreitamente tutelado por um Estado burocrático, interventor, proteccionista e vigilante⁷¹, tutela a que certamente não se quer ver escapar nem a fábrica nem a família operária. A existência da fábrica, a sua localização e expansão, o acesso dos seus produtos ao mercado interno e externo, o perfil dos seus donos, são fortemente marcados por decisões e autorizações políticas. Monta-se em volta da outra uma apertada teia jurídico-política, que, do Estatuto do Trabalho Nacional à legislação e doutrina sobre a família (fortemente impregnada do discurso oficial da Igreja), passando pela criação da Instituição da Previdência Social⁷², entre outras, indica modelos de comportamento operário no trabalho e na família. Um dos pontos mais interessantes (o que não significa eficazes) dessa estratégia de inculcação de normas familiares é certamente constituído pela política salazarista de fixação e alojamento operário, através da promoção do acesso à habitação e propriedade — a construção das «casas económicas», «casas para famílias pobres» e «casas de renda limitada», visando a produção de uma harmoniosa, disciplinada e remediada família operária cristã.

Com excepção de algumas notas biográficas dispersas acerca de empresários portugueses pioneiros (Alfredo da Silva, Henrique Sommer, Narciso Ferreira, nomeadamente), está por fazer o estudo da lógica de constituição, implantação e expansão da classe e da estratégia empresarial no Portugal moderno. Constituirá, certamente, uma outra peça-chave para se compreenderem as formas e características particulares que a relação família-fábrica foi adoptando ao longo do tempo.

O conteúdo e a forma de discursos, princípios e estratégias de dominação provenientes destas redes de poder, às quais se junta a Igreja, não nos dão um retrato da realidade operária, nem sequer nos permitem concluir da verdadeira eficácia dessas políticas. Põem-nos, porém, na pista das normas como que se pretendeu disciplinar o quotidiano operário, bem como dos valores considerados desejáveis para fabricar a nova família operária. Introduzem-nos numa visão do mundo em função da qual se conformam, confrontam ou resistem as suas estratégias familiares.

Vila do Porto, Março de 1986.

⁷¹ Basta lembrar as «leis do condicionamento industrial», através das quais o Estado se outorgava o poder de policiar, administrar, autorizar ou não as pretensões ao exercício da indústria que lhe fossem formuladas, consoante as considerasse vantajosas ou não para o interesse público. Consultar, a propósito da relação Estado-indústria, por exemplo: R. Roque Amaro, «O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 995-1011; J. M. Brandão de Brito, «Rumos velhos e novos da industrialização portuguesa», in *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, ISE, 1983, pp. 2535-2561; F. Saarsfield Cabral, *Uma Perspectiva sobre Portugal*, Lisboa, Moraes Editores, 1973; A. Castro, «Evolução da sociedade portuguesa desde a Segunda Grande Guerra», in A. Castro et. al., *Sobre o Capitalismo Português*, Coimbra, Atlântida Editora, 1971, pp. 69-141; J. N. Ferreira Dias, *Linha de Rumo — Notas de Economia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

As leis do condicionamento industrial só foram definitivamente abolidas depois do 25 de Abril de 1974. Mantém-se, contudo, desde 1975 um volumoso e pesado sector empresarial do Estado.

⁷² Veja-se, a este respeito, de P. Guibentif, «Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo», in *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 27-58.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Nunes de, *Do Campo à Cidade — O Impacto do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1984.
- «Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina», in *Análise Social* (no prelo).
- «Trabalho feminino e estratégias familiares», in *Análise Social*, vol. xxi, n.º 85, 1985, pp. 7-44.
- AMARO, Rogério Roque, «O salazarismo na lógica do capitalismo em Porgual», in *Análise Social*, vol. xviii, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 995-1011.
- ARIÉS, Philipe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1973.
- BOLTANSKI, L., *Prime Éducation et Morale de Classe*, Paris, Mouton, 1969.
- BOTT, E., «Urban families; conjugal roles and social networks», in M. Anderson (ed.), *Sociology of the family*, pp. 217-232.
- BOURDIEU, P., *Esquisse d'une théorie de la pratique-précédée de trois études d'ethnologie Kabyle*, Paris, Librairie Droz, 1972.
- «Marriage strategies as strategies of social reproduction», in R. Forster e O. Ranum (eds.), *Family and Society*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1976, pp. 117-144.
- BRITO, J. M. Brandão de, «Rumos velhos e novos da industrialização portuguesa», in *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, ISE, 1983, pp. 2535-2561.
- CABRAL, F. Saarsfield, *Uma Perspectiva sobre Portugal*, Lisboa, Moraes Editores, 1973.
- CABRAL, M. Villaverde, «A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização», in *Análise Social*, vol. xix, n.º 76, 1983, pp. 199-234.
- *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença/GIS, 1977.
- «Situação do operariado nas vésperas da implantação da República», in *Análise Social*, vol. xiii, n.º 50, 1977, pp. 419-449.
- CARVALHO, O. Esteves, «A repartição pessoal do rendimento em Portugal: análise do período dos I e II Planos de Fomento», in *Análise Social*, vol. v, n.º 19, 1967, pp. 436-502.
- CASTRO, A. de, «Evolução da sociedade portuguesa desde a Segunda Grande Guerra», in A. Castro et. al., *Sobre o Capitalismo Português*, Coimbra, Atlântida Editora, 1971, pp. 69-141.
- DIAS, J. Ferreira, *Linha de Rumo — Notas de Economia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.
- DONZELOT, Jacques, *La Police des Familles*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.
- DUARTE, M. Palmira, *A Imagem da Mulher na Sociedade — Estudo em Diferentes Meios Sociais de Lisboa*, Lisboa, ISCSPU, 1967.
- ENGELS, F., *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Rio de Janeiro, Vitória, s. d.
- FLANDRIN, J. L., *Familles — parenté, maison, sexualité*, Paris, Hachette, 1976.
- FOUCAULT, M., *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, TEL-Gallimard, 1972.
- *La volonté de savoir — histoire de la sexualité I*, Paris, Gallimard, 1976.
- *Surveiller et punir — naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975.
- FREY, M., «Du mariage et du concubinage dans les classes populaires à Paris (1846-47)», in *Annales ESC*, vol. 33, n.º 4, 1978, pp. 803-829.
- FRITSCH, P., e JOSEPH, I., *Disciplines à domicile. L'édification de la famille*, Paris, Recherches, 1977.
- GOODE, W. J., *World Revolution and Family Patterns*, Nova Iorque, The Free Press, 1970.
- GUIBENTIF, P., «Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo», in *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 27-58.
- GUILLAUME, P., *Individus, Familles, Nations — essai d'histoire démographique, XIX^{ème}-XX^{ème} siècles*, Paris, Société d'Édition de l'Enseignement Supérieur, 1985.
- HALBWACHS, M., *La classe ouvrière et les niveaux de vie — recherches sur la hiérarchie des besoins dans les sociétés industrielles contemporaines* (1912), Paris, Gordon et Breach, 1970.
- HUMPHRIES, S., *Hooligans or Rebels? — an oral history of working class childhood and youth, 1889-1939*, Oxford, Basil Blackwell, 1981.
- KELLERHALS, J., «Dimensions familiales de la stratification», in *Revue Française de Sociologie*, vol. xv, 1974, pp. 459-486.
- KELLERHALS, J., et. al., *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausana, Ed. Pierre Marcel Favre, 1982.
- *Microsociologie de la famille*, Paris, PUF, 1984.
- KOMARROVSKY, M., *Blue collar marriage*, Nova Iorque, Vintage Books, 1967.
- LAUWE, P. H. Chombart de, *La femme dans la société — son image dans différents milieux sociaux*, Paris, CNRS, 1967.

- *La vie quotidienne des familles ouvrières*, Paris, CNRS, 1977.
- LEFAUCHEUR, N., e LE DRIAN, F., *Mères célibataires: trajectoires sociales et modèles familiaux — histoires de Marie Lambert*, Paris, Fondation Royaumont, 1980.
- LENOIR, R., «L'effondrement des bases sociales du familialisme», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 57-58, 1985, pp. 69-88.
- «Transformations du familialisme et reconversions morales», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 59, 1985, pp. 3-47.
- LEWIS, O., *Les enfants de Sanchez — autobiographie d'une famille mexicaine*, Paris, TEL-Gallimard, 1963.
- MARQUES, A., e BAIRRADA, M., «As classes sociais na população activa portuguesa», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 1279-1297.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981.
- MEDEIROS, F., *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MEYER, P., *L'enfant et la Raison d'État*, Paris, Les Éditions du Seuil, 1977.
- MICHEL, A., *Sociologie de la famille et du mariage*, Paris, PUF, 1978.
- MÓNICA, M. Filomena, «Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 1231-1277.
- «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», in *Análise Social*, vol. XVII n.ºs 67-68, 1981, pp. 505-571.
- «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», in *Análise Social*, vol. XV, n.º 60, 1979, pp. 859-945.
- MURTEIRA, A., e BRANQUINHO, I., «A mão-de-obra industrial e o desenvolvimento português», in *Análise Social*, vol. VII, n.ºs 27-28, 1969, pp. 560-583.
- NUNES, A. Seda, e MIRANDA, J. D., «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», in *Análise Social*, n.ºs 27-28, 1969, pp. 333-381.
- NUNES, A. Seda, FERREIRA, V. M., e AGUIAR, J., «Níveis de instrução na indústria portuguesa», in *Análise Social*, vol. VII, n.ºs 27-28, 1969, pp. 645-705.
- NUNES, A. Seda, «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Análise Social*, n.ºs 7-8, 1964, pp. 407-462.
- *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 1968.
- PERROT, M., «La famille ouvrière au XIX^{ème} siècle», conferência realizada no GIS, Lisboa, 1981.
- ROUGEMONT, Denis de, *L'Amour et l'Occident*, Paris, Plon.
- SANTOS, M., *A Regionalização do Desenvolvimento Industrial — Uma Análise das Condições e Potencialidades à Escala Distrital*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1984.
- SCOTT, J., e TILLY, L., «Women's work and the family in nineteenth century Europe», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 57, n.º 1, Janeiro de 1975, pp. 36-64.
- SEGALEN, M., *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris, Flammarion, 1980.
- *Sociologie de la famille*, Paris, A. Colin, 1981.
- SHORTER, E., «Capitalism, culture and sexuality: some competing models», in *Social Science Quarterly*, 1972, vol. 53, pp. 338-354.
- «Différences de classe et sentiment depuis 1750 — l'exemple de la France», in *Annales ESC*, vol. 29, n.º 4, 1974, pp. 1034-1057.
- «Female emancipation, birth control and fertility patterns in European History», in *American Historical Review*, vol. 78, n.º 3, 1973, pp. 606-639.
- *Naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil, 1977.
- STONE, L., *The family, sex and marriage in England, 1500-1800*, Nova Iorque, Harper Colophon Books, 1979.
- TILLY, L., e SCOTT, J., *Women, Work and family*, Nova Iorque, Holt Rinehart and Winston, 1978.
- YOUNG, M., e WILLMOTT, P., *The symmetrical family — a study of work and leisure in the London region*, Harmondsworth, Penguin Books.
- *Family and Kinship in East London*, Harmondsworth, Penguin Books, 1974.
- WALL, K., «A outra face da emigração: estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem», in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n.º 14, 1982.
- WALL, K., «Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório», in *Ler História*, n.º 3, 1984, pp. 53-63.